



CONGRESSO NACIONAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55^a LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2015, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional, Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Sr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal Fiscal*. E, o Presidente do BACEN, por sua iniciativa, iria atender ao Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS), e também, ao Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO). Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - Deputados: Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Aluisio Mendes, titular da CFT/CD; Andres Sanchez, titular da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Caio Narcio, titular da CMO/CN; Carlos Henrique Gaguim, titular da CMO/CN; Carmen Zanotto, suplente da CFFC/CD; Celso Maldaner, suplente da CFT/CD; César Halum, titular da CMO/CN; Conceição Sampaio, suplente da CDEIC/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Edinho Bez, suplente da CFFC/CD; Edmilson Rodrigues, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Elizeu Dionizio, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Enio Verri, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Esperidião Amin, suplente da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; Evair de Melo, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Expedito Netto, suplente da CMO/CN; Fernando Monteiro, titular da CFT/CD; Flávia Morais, titular da CMO/CN; Giuseppe Vecci, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Herculano Passos, suplente da CDEIC/CD; Hildo Rocha, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Hissa Abrahão, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Hugo Leal, titular da CMO/CN; Izalci, suplente da CMO/CN; Jaime Martins, titular da CMO/CN; João Fernando Coutinho, titular da CMO/CN; Jorge Solla, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; José Rocha, titular da CMO/CN; Júlio Cesar, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Julio Lopes, suplente da CMO/CN; Keiko Ota, titular da CDEIC/CD; Lázaro Botelho, titular da CMO/CN; Lelo Coimbra, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Leo de Brito, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Leopoldo Meyer, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Busato, suplente da CMO/CN; Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD; Luiz Carlos Ramos, suplente da CDEIC/CD; Marcelo Aro, titular da CMO/CN e

suplente da CFFC/CD; Mauro Pereira, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; Nelson Marchezan Junior, suplente da CFT/CD; Nilto Tatty, titular da CMO/CN; Pauderney Avelino, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, suplente da CMO/CN; Professora Dorinha Seabra Rezende, suplente da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Ricardo Teobaldo, titular da CMO/CN; Samuel Moreira, titular da CMO/CN; Soraya Santos, titular da CFT/CD; Valtenir Pereira, titular da CFFC/CD, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Vanderlei Macris, titular da CFFC/CD; Vicente Candido, titular da CFFC/CD; Vitor Valim, suplente da CMO/CN e suplente da CFFC/CD; Wadson Ribeiro, titular da CMO/CN; Walter Ihoshi, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD e Zeca Dirceu, titular da CMO/CN; – Senadores: Benedito de Lira, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Davi Alcolumbre, suplente da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Amorim, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Hélio José, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Rose de Freitas, titular da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Valdir Raupp, titular da CMO/CN, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF e Wilder Morais, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF. Compareceu, ainda, a Deputada Geovania de Sá – PSDB/SC, parlamentar não integrante das Comissões participantes.

ABERTURA: às quatorze horas e quatorze minutos, a reunião foi iniciada sob a direção da Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Tomaram assento à Mesa de trabalhos o Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil e Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. A Presidente informou a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para atender o Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), que “Requer seja convidado o Ministro ALEXANDRE TOMBINI, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”, aprovado com alteração pela CFFC/CD, em reunião realizada em 20/05/2015. Em seguida, a Presidente convidou para comporem à Mesa de trabalhos os presidentes das comissões participantes que estavam presentes: Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; e o Deputado Vicente Candido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Logo após, a Presidente anunciou a presença Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica, do BACEN. Em prosseguimento, ressaltou a honra em receber os convidados e teceu comentários sobre a economia brasileira atual. Em sequência, a Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no artigo 398, inciso X do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. A seguir, a Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil. Às quatorze horas e vinte e seis minutos, o Sr. Alexandre Antonio Tombini cumprimentou a Presidente da CMO, os presidentes das comissões participantes e os parlamentares presentes e fez apresentação em datashow sobre o tema em referência, dividindo-o em três partes: 1. Demonstrações financeiras; 2. Economia global; e 3. Economia Brasileira, abordando: Atividade econômica, Mercado de Trabalho, Crédito e Sistema Financeiro Nacional, Setor externo, e Inflação. Em continuação, prestou esclarecimentos sobre o Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior

(PSDB/RS), demandando a sua presença para “prestar informações acerca da infringência, por parte do governo federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União.” E logo após, prestou informações sobre o Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Delegado Waldir (PSDB/GO), solicitando sua presença para “prestar esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente do Banco Central do Brasil finalizou a sua exposição. A Presidente anunciou o início do debate e comunicou que inicialmente daria a palavra aos presidentes das comissões participantes, aos autores dos requerimentos e aos parlamentares inscritos, pelo prazo de 5 minutos. O Deputado Esperidião Amin (PP/SC) sugeriu que o tempo fosse reduzido para 3 minutos. Em seguida, a Presidente concedeu a palavra aos presidentes das comissões: Deputado Vicente Cândido (PT/SP), Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e Deputado Júlio Cesar (PSD/PI), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, que teceram questionamentos relativos ao tema. O Presidente do BACEN respondeu a todos os questionamentos. Foi assegurada réplica ao Deputado Júlio Cesar e o palestrante respondeu as suas perguntas. Logo após, a Presidente passou a palavra aos autores dos requerimentos. O Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) fez questionamentos sobre o assunto do Requerimento nº 80/2015-CFFC/CD, de sua autoria. O Deputado Delegado Waldir (PSDB/GO), dispensou o uso da palavra e afirmou que aguardaria a resposta do palestrante às questões levantadas pelo seu par. Em seguida, o Deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) pronunciou-se sobre o assunto do Requerimento nº 22/2015-CFT/CD, de sua autoria, e levantou questionamentos. O Presidente do BACEN respondeu aos autores dos requerimentos. Foi assegurada réplica aos Deputados Nelson Marchezan Junior e Vanderlei Macris e o palestrante respondeu aos parlamentares. Prosseguindo os trabalhos, a Presidente passou a palavra ao Deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), Líder da Minoria no Congresso Nacional, que fez questionamentos sobre o tema da reunião. O Presidente do BACEN respondeu ao Líder. Logo após, a Presidente anunciou que chamaria os inscritos na lista para o debate e seria concedido 3 minutos para cada interpellador, sendo formado grupo e após a exposição de todos, a palavra retornaria ao Ministro que responderia ao grupo de interpelladores. Logo após, fez o uso da palavra o Deputado Julio Lopes (PP/RJ) que interpelou o expositor. Às dezesseis horas e dezenove minutos, o Presidente em exercício, Deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Benito Gama (PTB/BA), que teceu questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, sobre o tema, os Deputados Evaril de Melo (PV/ES) e Edinho Bez (PMDB/SC). Às dezesseis horas e trinta minutos, a Presidente, Senadora Rose de Freitas, reassumiu a condução dos trabalhos outorgando a palavra aos demais oradores inscritos. E assim, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Senador Hélio José (PSD/DF), Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC) e os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Alfredo Kaefer (PSDB/PR), Leo de Brito (PT/AC), Izalci (PSDB/DF), Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Expedito Netto (SD/RO). A Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate e passou a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores e fazer suas considerações finais. O Presidente do BACEN respondeu aos questionamentos dos parlamentares. Foi assegurada réplica aos Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Izalci (PSDB/DF), e o Ministro respondeu aos seus questionamentos e, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e a Presidente. ENCERRAMENTO: às dezessete horas e trinta e nove minutos, a Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Antonio Tombini, da sua equipe técnica, dos presidentes das

comissões envolvidas e dos demais parlamentares presentes. E informou que no dia 27 de maio, às 13 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, haveria reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 01/2006-CN, para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 01/2015-CN – que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências” - (LDO 2016). Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública em 2015, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, a Comissão de Finanças e Tributação; a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos; a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e a Comissão de Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputada Soraya Santos, do PMDB; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Manoel; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, convido para compor a Mesa o seu Presidente, Deputado Júlio Cesar, do PSD, do Piauí, assim como a 1º Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota.

Por favor, tomem assento no plenário.

Pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, convido o Presidente, Deputado Vicente Cândido, do PT, de São Paulo; assim como o 1º Vice-Presidente, Deputado Valtenir Pereira, do PROS, do Mato Grosso, a quem convido para tomarem assento à Mesa.

Pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, convido o seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, do PT, do Mato Grosso.

Caso o Senador não esteja presente — e sei que o Senador Raimundo Lira, do PMDB, da Paraíba, encontra-se adoentado —, não tenho nome de outro representante dessa Comissão.

Pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, do Senado Federal, convido o seu Presidente, o Senador Otto Alencar, do PSD, da Bahia; assim como o Vice-Presidente, o Senador Ataídes Oliveira, do PSD de Tocantins.

Anuncio também a presença do Diretor de Administração do Banco Central, o Sr. Altamir Lopes, e do Diretor de Política Econômica, o Sr. Luiz Awazu Pereira da Silva.



Eu quero ressaltar a importância para esta Comissão do tema que será debatido aqui, que é a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando, com certeza, o pacto e o impacto do custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço do segundo semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 15 do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para atender o Requerimento nº 80, de 2015, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris, do PSDB, de São Paulo, e do Delegado Waldir, do PSDB, de Goiás, que “*requer que seja convidado o Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, para prestar esclarecimentos a respeito de atrasos de repasses do Tesouro Nacional aos bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais*”.

O referido requerimento foi aprovado, com alteração da CFFC da Câmara dos Deputados, em reunião realizada em 20 de maio de 2015.

Homenageio o Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central, pela disposição de participar do debate democrático público para prestar esclarecimentos a estas Comissões, como também para responder as perguntas que serão feitas pelos Srs. Parlamentares.

Informo que também compõem a Mesa os representantes das Comissões que aqui estão.

Eu quero, Dr. Tombini, agradecer a sua presença. Eu tenho que levar a conhecimento público que o senhor foi a primeira pessoa que ligou para esta Comissão, há quase 1 mês, dizendo que estava inteiramente à disposição para comparecer ao debate e esclarecer todos os atos que estão sendo adotados pelo Governo e também esclarecer sobre os balanços e metas que por ele foram divulgados.

Sr. Presidente do Banco Central, Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, esta Comissão Mista de Orçamento recebe com honras as pessoas que aqui estão. Todo brasileiro incumbido de responsabilidades públicas, ocupando cargos, com disposição de ajudar o Brasil, seja ele de qualquer Governo,



mas que pretenda participar de um debate democrático, tem este espaço para fazer uma construção positiva.

Por isso, realizar esta audiência pública conjunta de seis Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para tratar do cumprimento dos objetivos, das metas e das políticas monetárias, sobretudo para falar sobre o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2014, é de suma importância para todos nós, Parlamentares, para a imprensa presente e para todos os presentes.

Registro a presença de uma comitiva do Espírito Santo que participa de um encontro de Prefeitos. Nós contamos com a participação dos Parlamentares que aqui estão com a mesma preocupação. Vamos debater questões cruciais para o atendimento do nosso atual cenário econômico, que, por mais crítico que seja, ainda tem a obrigação de dar respostas à população brasileira.

Recentemente, o Presidente Tombini destacou que a política monetária está e continuará vigilante para garantir que os efeitos dos ajustes de preços sobre a inflação ocorram no curto prazo e para que a inflação medida pelo IPCA retorne para o centro da meta de 4,5% no final de 2016.

Como nós sabemos, todos nós, a prévia inflacionária para os últimos 2 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, está em 7,9% e, portanto, acima do teto da meta de 6,5% — este proclamado pelo Governo inúmeras vezes.

Em outra frente, analistas estimaram que a taxa oficial de juros anual do Brasil, a SELIC, hoje em 13,25%, chegará a algo entre 13,5% e 13,75% no final de 2015. E, para o Produto Interno Bruto, PIB, a perspectiva de queda permanece no patamar de 1,1% e com a diminuição da produção industrial na faixa de 2,5%.

Nós já destacamos algumas vezes que a economia brasileira passa este ano por um período crítico; alguns o chamam de período de transição. Isso nós vamos saber avaliar com a presença de V.Sa. aqui.

De fato, vemos a retirada de estímulos econômicos, cortes expressivos do orçamento da União em áreas sociais extremamente significativas. O País, que já vive essa sofrerida, de repente vê um corte no orçamento da saúde em cerca de 21% — um área que é tão precária para todos os brasileiros.



Sobre esses cortes expressivos no orçamento da União e sobre o avanço dos preços administrados nós gostaríamos de ouvir V.Sa.

É necessário também que nós possamos, como eu disse ao senhor na sala contígua, vislumbrar alguns sinais de que todos esses ajustes possam realmente nos levar à recuperação da confiança do povo brasileiro, dos consumidores, dos empresários e de todos aqueles que vivem e trabalham no País, e não só aqueles que não fazem parte diretamente de um segmento da economia do Brasil. Refiro-me, sobretudo, aos consumidores, ao povo brasileiro, aqueles que vivem a expectativa da construção de uma base sólida e ter a retomada do crescimento econômico sustentável e que, mais à frente, existam sinais positivos para que nós possamos superar essa crise que assola o País e afeta, sem dúvida, todos os brasileiros.

Então, antes de passar a V.Sa., de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado federal, o senhor vai dispor de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo haver apartes caso V.Sa. permita.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o nosso expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto objeto deste encontro, desta matéria.

O prazo é de 5 minutos, e o interpelado tem igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas, pelo prazo de 2 minutos.

Vamos abrir uma lista de inscrição. Os oradores...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes da questão de ordem, deixe-me só terminar essa questão que eu levantei.

Eu gostaria de ter uma pessoa junto à Mesa para fazer as inscrições. A Sra. Carla vai acompanhar os trabalhos. Temos um livro aqui, Dr. Tombini, o qual chamamos de “carômetro”, utilizado para reconhecemos os Parlamentares.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Senadora Rose, apenas um esclarecimento: como autor de um dos requerimentos da Comissão de Fiscalização



e Controle, gostaria de saber se V.Exa. dará prioridade de manifestação aos autores dos requerimentos ou se haverá necessidade de inscrição.

E, também, diferentemente do que pensa o Deputado Amin, eu gostaria de manter o tempo regimental de 5 minutos para fazermos as perguntas.

Essa é a questão de ordem que eu gostaria de apresentar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Macris, precisamos ordenar um pouco os nossos trabalhos, levando em conta que nós teremos votações em ambas as Casas — na Câmara, há uma votação de urgência, a da Reforma Política, e, no Senado, a das medidas provisórias.

Portanto, concederíamos a palavra ao Dr. Tombini; em seguida, usariam a palavra aos Presidentes de Comissões. Logo após, asseguraríamos a palavra aos autores dos requerimentos, os quais já foram citados, para as perguntas.

Indago se V.Exas. concordam com essa ordem nos trabalhos? (*Pausa.*)

Então, para falar a esta Comissão Mista de Orçamento e às demais Comissões realizadoras desta reunião, concedo a palavra, por 30 minutos, ao Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exma. Sra. Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exma. Sra. Deputada Soraya Santos, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmo. Sr. Deputado Júlio Cesar, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Exmo. Sr. Deputado Vicente Cândido, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas; Exmos. Srs. Senadores e Deputados, é sempre uma grande honra retornar a esta Casa para discorrer sobre os objetivos e as metas das políticas monetária, creditícia e cambial; sobre o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central do Brasil e os resultados demonstrados em seu balanço, referentes ao segundo semestre de 2014, em atendimento ao estabelecido no §5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, bem como para atender aos requerimentos mencionados: Requerimento nº 22/2015, da CFT, de autoria do Deputado Nelson Marchezan Junior, e nº 80/2015, da CFFC, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir.



Eu distribuí uma apresentação. Há vários eslaides. Não vou usá-los na minha apresentação inicial, mas servem como material de referência, inclusive, para os nossos debates. Gostaria de passar, então, aos resultados do Banco Central.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido positivo de 25 bilhões e 600 milhões de reais no segundo semestre de 2014. Como determina a lei, o resultado apurado no segundo semestre de 2014 foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2015.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais totalizou 65 bilhões e 200 milhões de reais positivos. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é compensado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional, atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com swap cambial no final de março de 2013, voltou a realizar os leilões desses instrumentos, acumulando posição vendida em câmbio no montante de 119 milhões de dólares equivalentes — equivalentes porque são transações liquidadas em reais.

Essa é a posição do final do segundo semestre de 2014.

Em 31 de março deste ano, 2015, o Banco Central comunicou a não renovação do programa de leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra, por considerar que os objetivos do programa já haviam sido satisfatoriamente atingidos, notadamente a manutenção da estabilidade financeira nacional.

O programa de swap cambial mostrou-se importante instrumento de política, contribuindo para assegurar a estabilidade financeira, prover liquidez e proteção cambial aos agentes econômicos e corrigir disfunções no mercado cambial em momentos de maior volatilidade.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2014, eu gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem



qualquer ressalva e que as citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em fevereiro de 2015.

Exmas. Sras. Deputadas e Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, antes de abordar os aspectos que considero relevantes sobre o cenário externo, a economia brasileira e a condução da política monetária, discorrerei sobre dois requerimentos de audiência pública que tratam do processo das estatísticas fiscais que tramita no Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Foi distribuída aqui a palestra com detalhes da apresentação, mas nada está sendo projetado na tela; e nós não estamos conseguindo acompanhar a leitura que o Presidente do Banco Central está fazendo, qual é a página, enfim, qual é o resumo que ele está fazendo. Se pudesse haver a projeção, seria importante para que a gente acompanhasse melhor, inclusive porque há a palestra distribuída e já impressa para todos os membros desta Casa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos tentar fazer um entendimento. O Presidente diz que esse é o demonstrativo que está aqui, mas sobre alguns temas ele está improvisando.

Indago: o senhor poderia explicar se está improvisando sobre o texto ou sobre algum dado que não consta no relatório?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Presidenta.

Como mencionei anteriormente, Deputado Júlio, esse é um conjunto de dados para referência. São assuntos relativos à prestação de contas e também ao cenário econômico, assunto no qual poderemos entrar ao longo dos debates.

Eu estou fazendo no momento um discurso no qual eu tenho algumas anotações, mas eu posso improvisar também, de maneira que projetar esse discurso na tela não seria devido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Se V.Sa., pelo menos, fizer referência à página, a gente poderá assimilar melhor o discurso.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, vamos permitir que o convidado fale, e as dúvidas que forem consideradas...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - É um direito do expositor fazer a sua exposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

Caso haja dúvidas no processo, peço a V.Exa. que peça o devido esclarecimento.

Presidente Tombini, V.Sa. pode continuar com a palavra.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado. Muito obrigado pela compreensão.

Então, como eu falava, antes de adentrar nos assuntos do setor, do cenário internacional, da economia brasileira e da condução da política monetária, eu vou aqui discorrer sobre dois requerimentos a que fiz menção, relativos ao processo das estatísticas fiscais que tramitam no Tribunal de Contas da União.

Primeiramente, vou fazer referência ao Requerimento nº 22/2015-CFT, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, que solicita *"informações acerca da infringência, por parte do Governo Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União"*.

Em relação a esse tema, eu gostaria de apresentar os seguintes esclarecimentos.

No primeiro julgamento que fez, por meio do Acórdão nº 825, de 15 de abril de 2015, a Corte de Contas, sem ainda adentrar em todos os aspectos de mérito ou considerar todos os argumentos no âmbito do contraditório, o que é próprio dessa fase ainda inicial, concluiu que a LRF teria sido inobservada pela realização de operações vedadas de crédito entre bancos públicos e a União.

Uma questão de fundo nesse caso é se as operações mencionadas no referido Acórdão seriam de crédito ou, por outro lado, seriam oriundas da prestação de serviços financeiros, nos termos dos contratos firmados entre os bancos públicos e a União.

A propósito, cabe ressaltar que, como é do conhecimento de V.Exas., nem todas transações ativas ou passivas entre instituições financeiras e o Poder Público



se resumem a operações de crédito, podendo se caracterizar, alternativamente, como de prestação de serviços bancários.

A esse respeito, os aspectos jurídicos que diferenciam as operações de crédito das de prestação de serviço foram bem explorados em recente parecer emitido pela Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, que, ao analisar os contratos entre os bancos oficiais e o Poder Público, concluiu pela existência de prestação de serviço bancário.

Trata-se de questão eminentemente jurídica afeta à natureza desses contratos, que preveem, inclusive, que os bancos atuem como mandatários de vários Ministérios no pagamento de benefícios sociais, podendo ou não exercer a faculdade de suportar com recursos próprios esses pagamentos, mediante resarcimento.

Desse modo, a conclusão da questão não está circunscrita à esfera de atuação do Banco Central do Brasil, mas depende do deslinde do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União. A partir de agora, a Corte de Contas começará a analisar os recursos de mérito que pediram o reexame das conclusões iniciais daquele Tribunal.

Em relação ao Requerimento nº 80/2015-CFFC, de autoria dos Exmos. Srs. Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir, que solicita “esclarecimentos a respeito de atrasos nos repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos responsáveis por pagamentos de benefícios sociais”, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos: trata-se do mesmo caso a que se refere o Requerimento nº 22/2015-CFT, mas abordado a partir da manifestação do Procurador-Geral do Banco Central em entrevista coletiva concedida em 17 de abril de 2015.

Na ocasião, o Procurador-Geral manifestou sua opinião preliminar de que os contratos em tela, firmados entre a União e os bancos públicos, seriam de prestação de serviços e que, em assim sendo, não ensejariam descumprimento da LRF.

De todo modo, como mencionei há pouco, a conclusão sobre a natureza jurídica desses contratos dar-se-á no âmbito do debate jurídico ora em curso no Tribunal de Contas da União e a partir da manifestação de várias autoridades e ex-agentes do Estado que foram chamados a prestar esclarecimentos.



Exma. Sra. Senadora, Presidente desta Comissão Mista de Orçamentos, eu gostaria de passar então ao restante do meu pronunciamento.

Primeiro, falarei brevemente da nossa visão sobre o cenário externo. A principal mensagem é que a economia global continua em recuperação gradual, impulsionada pelos Estados Unidos, o que, combinado com a divergência de política monetária entre as principais áreas econômicas do planeta, tem contribuído para o fortalecimento do dólar norte-americano perante várias moedas.

Na segunda parte deste pronunciamento farei um relato sobre a economia brasileira, que passa por ajustes importantes e necessários para a construção de fundamentos mais sólidos para a retomada do crescimento econômico sustentável mais à frente.

Nesse sentido, o ano de 2015 deve ser encarado, como V.Exa. mencionou, como um ano de transição muito importante, fundamental para migrarmos para um modelo de crescimento mais ajustado à nova realidade da economia brasileira.

Por fim, irei discorrer sobre a condução da política monetária, política ora desenhada para assegurar que os efeitos dos ajustes em preços relativos em curso na economia brasileira e os impactos desses ajustes sobre a inflação fiquem circunscritos ao curto prazo e para que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, a inflação medida por ele, convirja para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, como V.Exa. mencionava na sua introdução.

Em relação à economia global, na nossa visão ela segue em recuperação, se expandindo gradualmente, mas de forma desigual. Os Estados Unidos figuraram como principal motor da atividade econômica global em 2014, quadro que deve ser mantido em 2015. Vemos isso a despeito de uma expansão econômica menos vigorosa no primeiro trimestre de 2015, em relação àquela verificada no último trimestre do ano passado.

O inverno rigoroso no início do ano e a consequente moderação do consumo das famílias parecem ser as principais razões para esse arrefecimento momentâneo. De qualquer forma, esperamos uma retomada do consumo nos primeiros trimestres, levando-se em conta a melhora da situação financeira das famílias e a recuperação consistente do mercado de trabalho naquele país.



A inflação americana, por sua vez, continua comportada: abaixo da meta informal de 2%. Mas as perspectivas positivas, principalmente para o mercado de trabalho, dão suporte a uma eventual elevação dos juros básicos pelo Banco Central daquele país, o Federal Reserve, ainda este ano.

Na Europa, no entanto, o nível da atividade econômica continua fraco e desigual, mas indicadores recentes sugerem um cenário um pouco melhor do que a expectativa apontava há alguns meses.

O programa de expansão monetária do Banco Central Europeu, o menor preço do petróleo e a desvalorização do euro são fatores que contribuem para melhorar o nível de atividade nos próximos trimestres e afastar o risco de deflação persistente na Zona do Euro.

O Japão continua a buscar formas de aumentar a sua taxa de expansão e evitar o risco de cair em uma espiral deflacionária. O amplo programa de estímulo monetário ainda não foi capaz de produzir o efeito esperado de levar a inflação a 2%. O Japão não cresceu em 2014, mas obteve uma expansão da atividade acima do esperado para o primeiro trimestre deste ano. Não há, ainda, como saber se essa recuperação é sustentável, e aí as reformas estruturais, nesse caso, seriam importantes para consolidar uma tendência mais positiva para aquela economia.

A China, economia importante para o Brasil, mantém em curso seu processo de desaceleração gradual de crescimento, fortalecendo a percepção de que o ritmo de mudança do seu modelo de desenvolvimento econômico permanece sob controle, ou seja, com mais ênfase no consumo doméstico, menos nas exportações; mais ênfase no setor de serviços, menos ênfase no setor industrial.

Por fim, as economias emergentes, em geral, têm apresentado perda de dinamismo. Há vários fatores que explicam essa tendência, que tem sido observada já há alguns anos. Entre eles, destaca-se o processo de normalização das condições monetárias nos Estados Unidos, que teve início em 2013, e a queda dos preços das *commodities* — produtos com grande participação na pauta de exportações de boa parte das economias emergentes.

A propósito, os preços das *commodities* apresentaram uma nítida tendência de retração desde o primeiro semestre de 2011, quando atingiram o pico do período pós-crise financeira global. O processo começou com a queda dos preços das



commodities agrícolas e metálicas, e, a partir de meados do ano passado, o preço do petróleo também caiu fortemente.

Os preços dos três grupos de *commodities* — agrícola, metálico e petróleo — retraíram-se entre 35% e 50% em relação ao pico observado nos últimos anos no período pós-crise financeira global.

No Brasil, pressentindo os riscos que este momento poderia trazer à estabilidade financeira, nos preparamos oferecendo instrumentos de proteção contra risco cambial, de forma a atender satisfatoriamente a demanda existente. Esse programa, com regras claras e estáveis, cumpriu bem o seu papel e contribuiu para a manutenção de nossa estabilidade financeira.

Em síntese, como mencionei, a economia global está em recuperação, embora desigual, e essa desigualdade, nos respectivos ciclos econômicos, também tem se refletido na condução das respectivas políticas monetárias.

Por um lado, na Zona do Euro, no Japão, os bancos centrais estão ampliando os seus estímulos monetários; por outro, nos Estados Unidos, o processo de normalização das condições monetárias avança.

Com efeito, um movimento que tem chamado a atenção no bojo da gradual recuperação da economia americana é a tendência ao fortalecimento do dólar norte-americano relativamente a várias moedas. Portanto, é uma tendência global com implicações inclusive para os Estados Unidos, uma vez que parte do seu crescimento depende da economia mundial, e uma valorização excessiva de sua moeda pode afetar o ímpeto de sua expansão.

É preciso reconhecer, entretanto, que o processo de normalização nos Estados Unidos é complexo. O aumento de juros pelo FED é, provavelmente, o evento de política monetária mais esperado, mais anunciado e mais preparado da história. Apesar do cuidado do FED com a comunicação desse importante evento, não há como se ter certeza sobre a reação efetiva dos mercados ao fato em si, quando ocorrer.

No Brasil, temos que estar com nossa economia em ordem e estabilizada para esse momento, usando a receita padrão, reforçando o arcabouço de política econômica e mantendo fundamentos macroeconômicos sólidos. Essa é a lição que aprendemos para evitar que o risco de uma “reprecificação” abrupta de nossos



ativos traga consequências negativas e duradouras para o futuro crescimento do nosso País.

Exmas. Sras. Senadoras e Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados e Srs. Senadores, a partir de agora, gostaria de apresentar minhas considerações sobre o cenário doméstico.

A economia brasileira passa por uma série de ajustes importantes e necessários, os quais vou detalhar em seguida. Por isso, 2015 será um ano de transição e de construção de bases mais sólidas para a retomada do crescimento econômico sustentável à frente. Essa transição implica um ritmo de atividade mais reduzido, o que já se reflete nas expectativas dos agentes econômicos para o crescimento do ano corrente.

Embora contracionistas no curto prazo, à medida que os ajustes começarem a produzir seus efeitos, eliminando distorções, melhorando a alocação dos recursos na economia e aumentando os incentivos ao investimento, testemunharemos a recuperação da confiança dos consumidores e dos empresários.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias deve crescer de forma moderada e em linha com a distensão esperada para o mercado de trabalho e a desaceleração da expansão dos rendimentos e do crédito.

O investimento, por sua vez, deve retrair-se, influenciado principalmente pela ocorrência de eventos não econômicos e pela perspectiva de menor dinamismo da atividade.

Por fim, espera-se contribuição positiva do setor externo com a expansão do volume exportado e a contração das importações. Do lado da oferta, a expectativa é que haja expansão do setor agropecuário com a contribuição de mais uma safra recorde de grãos e crescimento modesto do setor de serviços. Com relação ao setor industrial, esperamos retração.

A projeção é de que a safra de grãos cresça 4,2% em 2015, com expansão de mais de 26% da produção de trigo e mais de 10% da produção de soja.

No setor industrial, o desempenho não é homogêneo. O segmento extrativo deve registrar expansão em 2015, com um aumento da produção de minério de ferro e de petróleo. Porém, espera-se recuo da atividade no segmento da transformação.



Em síntese, a expectativa é de um desempenho fraco no primeiro semestre, com ligeira melhora a partir da segunda metade do ano, e um desempenho mais favorável em 2016, como consequência do aumento da eficiência do nosso sistema econômico, em decorrência dos próprios ajustes ora impostos e da melhora da confiança dos agentes econômicos, entre outros fatores.

Em relação ao mercado de crédito, temos observado desaceleração gradual do seu ritmo de expansão ao longo dos últimos anos.

Como V.Exas. bem sabem, o Brasil, há pouco mais de 10 anos, possuía um mercado de crédito muito aquém da dimensão do nosso País. O número de brasileiros que acessavam esse mercado era restrito, e o volume de crédito estava relativamente estagnado em torno de 25% do Produto Interno Bruto, patamar inferior ao observado em várias economias emergentes à época e muito distante da registrada em economias avançadas, com mercados mais profundos.

A combinação de várias transformações macro e microeconômicas, entre elas o aumento do emprego e da renda e a ampliação da capilaridade do sistema financeiro, inclusive com o fortalecimento do cooperativismo de crédito, favoreceu o processo de inclusão financeira e o desenvolvimento do mercado de crédito nos últimos anos.

Esses desenvolvimentos fizeram com que o volume de crédito rompesse certa estagnação e se expandisse de forma gradual e sustentável até o patamar em que se encontra hoje, em torno de 55% do Produto Interno Bruto.

Como mencionei há pouco, nos anos mais recentes, temos observado gradual desaceleração do ritmo de crescimento do crédito, e essa tendência deve ser mantida no corrente ano de 2015.

Quanto ao sistema financeiro, ele está sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência em patamar historicamente baixo. Essa solidez é também o resultado de respostas tempestivas do Banco Central do Brasil a qualquer indício de surgimento de vulnerabilidade do sistema. Isso é possível porque possuímos um monitoramento contínuo e tempestivo do sistema financeiro, por meio de aparatos de infraestrutura de mercado que nos permita ter acesso a informações em diversos níveis de detalhe.



No que concerne ao setor externo da economia brasileira, o País apresenta um balanço de pagamentos equilibrado, com a economia brasileira atraindo capitais estrangeiros em montante suficiente para financiar o resultado do déficit de transações correntes. E esses capitais são representados majoritariamente pelo ingresso de investimento direto no País. O IDP em 2014 superou os 96 bilhões de dólares, representando pouco mais de 93% de cobertura do déficit de transações correntes observadas no período. O ingresso das demais modalidades de capitais manteve-se dentro da expectativa, destacando que a taxa de rolagem dos financiamentos atingiu 154% no ano passado.

Para o ano em curso, 2015, nossa expectativa é de que haja redução do déficit de transações correntes, tendo em vista que deveremos voltar a observar o superávit na balança comercial, além de menor déficit na balança de serviços e menor remessa de lucros e dividendos ao exterior. O ingresso de capitais estrangeiros deve se manter em linha com o observado em anos anteriores, e o investimento direto no País responderá pela quase totalidade do financiamento do déficit em transações correntes.

Diante desse cenário, vislumbro o comportamento do balanço de pagamentos dentro do padrão de normalidade neste e nos anos à frente, ressaltando que o fato de a taxa de câmbio situar-se em patamar mais depreciado do que o observado nos últimos anos contribui favoravelmente para a redução do déficit em transações correntes.

No âmbito da política fiscal, o Governo Federal vem propondo e adotando amplo, profundo e consistente conjunto de medidas fiscais que inclui contenção de despesas correntes e parafiscais, eliminação de subsídios, realinhamento de tarifas públicas, bem como medidas de cunho mais estrutural. Com esse conjunto de medidas, busca-se assegurar uma trajetória favorável para a dívida pública, mas o objetivo de boa parte dessas medidas vai além disso. Pretende também aperfeiçoar os incentivos econômicos por meio da eliminação da distorção de preços relativos e o estabelecimento de regras mais equilibradas e sustentáveis para acesso aos benefícios sociais, da melhor qualidade do gasto público e do fortalecimento do mercado de capitais.



A adoção de forma completa e inequívoca desse conjunto de medidas contribuirá para que a transição seja mais rápida e para que os benefícios logo comecem a aparecer.

Como mencionei em outras oportunidades, entendo que o fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente e crível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzido, facilita, ao longo do tempo, a convergência da inflação para o centro da meta. Isso porque tanto a literatura quanto as melhores práticas internacionais identificam que um desenho de política fiscal consistente e sustentável contribui para aumentar a potência da política monetária.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, vou me dedicar agora às considerações sobre a condução da política monetária e sobre as perspectivas para a inflação no horizonte relevante da política monetária.

Atualmente, estamos observando a continuação de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia, que são independentes e têm causas diversas, mas que têm ocorrido concomitantemente.

O primeiro é o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais, em particular devido ao fortalecimento do dólar norte-americano contra várias moedas — uma tendência global. Mencionei há pouco a visão sobre esse processo e como nos preparamos e devemos continuar a nos preparar para esse movimento.

O segundo é o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres, iniciado em 2014 e intensificado neste início de ano. Esses ajustes de preços pressionam a inflação mensal no curto prazo, fazendo com que essa atingisse um patamar elevado no primeiro trimestre do ano, acumulando uma variação de 3,8% naquele período. Desde o mês de abril, entretanto, observamos a inflação mensal em patamar inferior ao registrado nos 3 primeiros meses do ano.

Mas, para atingir o nosso objetivo de colocar a inflação na marca de 4,5% no final de 2016, é imprescindível que a política monetária se mantenha vigilante e em sintonia com o conjunto da política macroeconômica. Como tenho reiterado, cabe à política monetária o dever de conter os efeitos de segunda ordem decorrentes dos ajustes de preços relativos ora em curso. É fundamental, para o sucesso do nosso processo de ajuste em 2015 e para as perspectivas de iniciar um novo ciclo de



crescimento sustentável mais à frente, que esse cenário de convergência se materialize como resultado da vigilância da política monetária.

Como tenho afirmado em outras oportunidades, estamos testemunhando alguns avanços. Por exemplo: observamos, recentemente, uma pequena, mas contínua redução das expectativas de inflação para 2016, confirmando o que já observávamos para os anos subsequentes de 2017, 2018 e 2019.

Certamente, esses avanços estão embasados em vários fatores, em especial, no compromisso firme da política monetária com a convergência e na eliminação de incertezas que pairavam sobre o realinhamento dos preços administrados. Mas, como também tenho reiterado, os avanços alcançados no combate à inflação, a exemplo desses cenários mais favoráveis vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo, contudo, ainda não se mostram suficientes.

Por isso e por tudo o que mencionei anteriormente, faz-se necessário manter a política monetária vigilante. Com essa postura consistente com o quadro de ajustes da política macroeconômica, conseguiremos assegurar a convergência da inflação para a meta de 4,5% em dezembro de 2016, cujos benefícios, uma vez feito isso, deverão se estender para além do próximo ano. Essa é a tarefa para a qual fomos mandatados pela sociedade, e é o objetivo que vamos cumprir com determinação e perseverança.

Exmas. Deputadas e Senadoras, Exmos. Deputados e Senadores, essas foram as minhas considerações iniciais. Coloco-me à disposição de V.Exas. para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quero agradecer ao Dr. Tombini pela exposição.

Vamos iniciar o debate, mas eu gostaria, inicialmente, de conceder a palavra aos Presidentes das Comissões, para as suas indagações e, em seguida, para autores de requerimento.

Quero perguntar se o Plenário aceita delimitarmos, por proposta do Deputado Esperidião Amin, o tempo de 3 minutos para a pergunta, a fim de que todos possam fazer uso da palavra. Estão de acordo?



O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Presidente, eu acho apenas que, talvez, os requerentes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Os requerentes terão 5 minutos. Eles sempre são diferenciados, Deputado.

Com a palavra, inicialmente, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o Deputado Vicente Cândido, do PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CÂNDIDO - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, demais colegas aqui da Mesa, Presidente Júlio César, Presidente Soraya Santos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu não tenho uma pergunta específica para o Presidente Tombini, mas quero parabenizá-lo aqui pela apresentação, pelos números que nos trouxe, pela expectativa positiva de retomada do crescimento econômico ainda para este ano, para o fim deste ano de 2015, e uma retomada mais robusta para o ano que vem.

Talvez, Presidente, fosse bom que o senhor tecesse comentários sobre a questão do crédito disponível do BNDES e dos demais bancos públicos, que foram fundamentais na crise de 2008 e 2009 para garantir o crescimento econômico e a distribuição de renda. Nós estamos vivendo um período muito parecido, com a Operação Lava-Jato sendo o centro da crise, sobretudo para o setor de óleo e gás, o que precisaria, talvez, ter um olhar diferenciado do Governo, das autoridades monetárias, no tocante à cessão de crédito para empresas envolvidas que precisam continuar tendo aporte de recursos e que, neste momento, têm dificuldades. Eu acho que um olhar do Banco Central, neste caso, nos ajudaria muito. Uma conversa mais estreita com a PETROBRAS, que é significativamente importante neste processo como indutor do desenvolvimento de crescimento econômico, também seria bastante razoável. Eu creio que a retomada do crescimento neste setor, que representa 15% da economia brasileira, é relevante para o Brasil. Eu acho difícil retomar o crescimento sem resolver esse problema das empresas que estão atingidas na Operação Lava-Jato, sobretudo a PETROBRAS e a Sete Brasil. A autoridade monetária poderia nos dar aqui um caminho, a luz de como resolver essa questão. Sem crédito é difícil crescer. Essas empresas hoje estão muito afetadas por essa operação.



Os bancos brasileiros, na mesma linha dos bancos internacionais, são proibidos de ceder crédito para empresa que está sendo investigada. Então, nós estamos num caminho, numa sinuca de bico, vamos dizer assim, na gíria. A autoridade monetária, dirigida por V.Sa., pode ter um papel significativo neste processo.

Acho que, no que depender do Congresso Nacional, das nossas Comissões, faremos todo o esforço para ajudar a viabilizar os chamados acordos de leniência, para que essas empresas tão logo possam voltar a receber crédito das autoridades dos bancos nacionais e internacionais.

Então, eu queria que o senhor pudesse tecer alguns comentários sobre essa questão que nos preocupa muito, neste momento.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Deputado Vicente Cândido, obrigado pela sua colocação. De fato, o Banco Central do Brasil, na condição de regulador e supervisor do sistema financeiro nacional, obviamente acompanha desdobramentos da economia real. V.Exa. mencionou importantes desenvolvimentos, digamos assim, não econômicos, mas que têm um reflexo sobre a economia do País. V.Exa. menciona uma cadeia de óleo e gás, que é uma cadeia que tem uma importância grande na questão da geração dos empregos e também dos investimentos, uma participação significativa na economia nacional.

Em relação ao nosso trabalho de regulador, obviamente não vinculado a esse caso específico, é um caso relevante; mas, em termos gerais, nós determinamos às nossas instituições reguladas que adotem os critérios da boa prática bancária na concessão de crédito, levando em consideração os riscos envolvidos, a capacidade econômica das contrapartes, entre outros fatores. Naturalmente que, em algum grau, esse tipo de desenvolvimento tem algum reflexo na capacidade de emprestar. Eu acho que aqui é um processo que vai se resolver, em algum momento. O importante é que sejam preservadas, na medida do possível, as atividades econômicas, incluindo o crédito e respeitados esses critérios que são observados.

Na parte da entidade reguladora supervisora, não há nenhuma antecipação. Inclusive, eu acho que é preciso ter serenidade, acompanhar os desenvolvimentos que estão todos os dias nos jornais. Acima de tudo, é preciso que o critério de



concessão de crédito seja objetivo, respeitando a boa prática bancária, independentemente dos desenvolvimentos não econômicos.

Naturalmente, empresas que entram em processo de recuperação vão ter impacto sobre a qualidade de seu crédito, e isso vai ser refletido, digamos, pelo menos, na questão das provisões.

Então, eu acho que V.Exa. toca em um assunto bastante relevante do ponto de vista econômico, apesar de a origem não ser econômica, e que reflete também na concessão de crédito. O Banco Central vem monitorando isso com cuidado, até mesmo porque são cadeias amplas que envolvem milhares de empresas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, A Presidente Soraya Santos, do PMDB do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA SORAYA SANTOS - Eu queria cumprimentar o Alexandre Tombini, a Senadora Rose de Freitas, Presidente da CMO, os Senadores, todos os Presidentes de Comissão que me ladeiam e os Deputados e as Deputadas.

Eu vou deixar, Presidente Alexandre Tombini, a cargo do nosso Deputado Nelson Marchezan Junior que tem um requerimento que toca na questão das pedaladas fiscais... S.Exa. não se fazia presente no momento em que o Presidente Alexandre Tombini falava sobre o assunto e citava uma questão jurídica defendida na prestação de serviço interpretada pela AGU. E, por sinal, eu quero cumprimentar a militância da Procuradoria que está sempre perseverando no sentido da PEC 443.

Então, nós queríamos saber alguns exemplos e interpretar melhor: qual foi o entendimento da AGU nessa prestação? Não ficou claro para mim esse entendimento. Eu queria deixar registrado, também, duas perguntas: uma consideração que foi feita pelo jornal *O Globo* de segunda-feira, chamando atenção para o fato de que os bancos privados que tinham um repasse, uma aplicação de 65% do saldo da caderneta de poupança que eram alocados no Sistema Financeiro de Habitação. Hoje, o repasse caiu para 36%. Eu queria saber se esse dado está correto e saber se isso não prejudica por demais o financiamento da casa própria.

Outro ponto que eu também gostaria que o senhor nos respondesse é em relação à questão da alta dos juros, que já é uma prática dos anos 90. Estábamos com muita serenidade de não ter que usar esses artifícios novamente para o



controle da crise econômica. Então, eu queria saber se nós não teríamos outra alternativa menos danosa para a população do que a adoção dos juros altos.

Com isso, Presidente, seguindo a ordem, eu posso passar a palavra para o Presidente da CD, que é o Deputado Júlio, e ele responderia em bloco, para que seja otimizado o tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Júlio Cesar, do PSD do Piauí.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Presidente Tombini, o senhor falou que a meta é chegar em dezembro de 2016 com 4,5% de inflação, quando hoje é mais de 8%. Mas o que é que está acontecendo no Brasil? O País tem registrado aqui Restos a Pagar de exercícios passados de mais de 200 bilhões. As desonerações, Presidente Tombini, de todos os setores, inclusive da indústria e da folha, chegam a 112 bilhões. O subsídio do BNDES está em 25 bilhões. O subsídio dado nos últimos 3 anos à energia, ao *diesel* e ao álcool é de mais de 60 bilhões.

O que é que está acontecendo no Brasil? O investimento está diminuindo, a inflação está crescendo, os juros estão crescendo, a produtividade da indústria está em queda, o crédito está diminuindo, a taxa de juros, aumentando, o desemprego está aumentando, as exportações, com a subida do dólar, tiveram um mês positivo, mas, o ano passado todo foi negativo, a taxa Selic aumenta, e a poupança cai. Mas, acima de tudo, Presidente, o que me preocupa é a capacidade de contribuir do povo brasileiro. A receita está negativa, todos os tributos em relação a igual período do ano passado.

O que é que eu questiono, Presidente? É o lucro dos bancos. Veja bem: os cinco maiores bancos do brasil — eu não vou citar os nomes porque todo mundo conhece — tiveram um lucro maior do que a capacidade de investir do Governo: 62 bilhões no ano passado. O *spread*, que já foi o maior do mundo, continua alto, com altas taxas de administração que têm contribuído para esse excessivo lucro do sistema financeiro brasileiro, um sistema financeiro que sobrevive só de serviços e tarifas. Eu fui pegar a arrecadação dos serviços e tarifas do sistema financeiro: ela é 30% maior do que o seu custo na folha de pagamento com os encargos.



Então, eu não vejo com tanto otimismo o Brasil sair desta em curto prazo, e torço para que eu esteja errado. Porque, com tantos dados negativos, com tantas coisas acontecendo negativamente no Brasil, eu não vejo como sair desse buraco.

Além do mais, Sr. Presidente, o Tesouro Nacional retém recursos arrecadados através dos Refis que pertencem aos entes federados. E por diversas e diversas vezes, na Comissão de Finanças, identificamos e conseguimos que o Tesouro pagasse, apesar de que, com bastante atraso.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma explicação mais convincente, menos otimista, porque esta de cair de 8% para 4,5% é excessivamente otimista sobre a recuperação da economia do Brasil. Porque o que eu vejo que o Governo está dizendo todo dia com esses cortes, com esse reajuste fiscal, é que não será suficiente para recuperar em curto prazo esses problemas monetários, financeiros e econômicos que vive o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, Presidente, que o senhor respondesse aos Presidentes de Comissão, e, em seguida, nós passaremos aos autores dos requerimentos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente da Comissão.

A Exma. Deputada Soraya Santos fez três indagações. A primeira, em relação à questão da prestação de serviços versus operações de crédito. Eu mencionei que são aspectos jurídicos que estão sendo examinados — eu não sou advogado —, e o parecer da Consultoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União, avaliou que os referidos eventos eram relacionados a contratos entre bancos oficiais e poder público, contratos de prestação de serviços. Essa é a avaliação da Consultoria Geral da União.

Esse parecer está num processo, eu imagino que no Tribunal de Contas. Caso nós tenhamos disponibilidade, não haveria problema em compartilhar com V.Exa. Então, em relação a isso, há uma avaliação jurídica. Essa avaliação foi feita pela Consultoria-Geral da União, e é isso que está sendo avaliado, entre outras coisas, no procedimento em curso no Tribunal de Contas da União, no momento.



Em relação à questão do direcionamento da poupança, hoje, nós temos, na caderneta de poupança, algo em torno de 600 bilhões de reais, aproximadamente. Estou falando em grandes números só para termos uma noção. Uma parte dessa poupança rural está vinculada a direcionamentos para o setor da agricultura, agropecuária, e um contingente expressivo desse valor é poupança para o setor imobiliário.

Hoje, a caderneta de poupança tem um recolhimento compulsório de 20%. Além disso, há um adicional de 10%, com 30% de recolhimento compulsório. E há 65% direcionado ao setor imobiliário, ficando 5% dos depósitos para livre alocação, digamos assim, pelo sistema. E, desses 65%, 80% para o Sistema Financeiro da Habitação, e o restante tem que ser aplicado no setor imobiliário, mas pode ser aplicado no SFI e em outras modalidades.

Há uma série de operações elegíveis, para cumprimento dessa exigibilidade por parte do sistema financeiro. Esse rol de aplicações elegíveis inclui uma série de produtos relacionados ao setor imobiliário, e os bancos têm que cumprir 80% desses 65% para o SFH, e os outros para o sistema financeiro de habitação geral, de maneira que o que não for aplicado desse montante tem que ser depositado no Banco Central do Brasil.

Então, aqueles que não aplicam a totalidade do direcionamento deixam depositados no Banco Central do Brasil. Então, dentro das diversas modalidades de aplicação, isso vem sendo cumprido pelo sistema.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Aqui eu acho que há uma mistura. As operações elegíveis são diversas, são amplas, fazendo com que esses recursos, em acordo com a Resolução, com a legislação em vigor, sejam destinados para o setor imobiliário, mas não especificamente para o financiamento da casa própria, de novas construções, ou isso ou aquilo. Quer dizer, esse recurso vem sendo direcionado, e o que não for direcionado tem que ser esterilizado no Banco Central do Brasil.

Então, não é assim: o descumprimento da Resolução. Se não direcionou dentro daquelas operações elegíveis — pode-se não concordar com as operações elegíveis; isso é outra dimensão —, é preciso esterilizar no Banco Central.



Por último, a alta dos juros. Enfim, esse é um instrumento da política monetária, um instrumento que vem sendo usado. Como eu falei durante a apresentação inicial, progressos têm sido obtidos em relação a esse processo de convergência, e nós estamos comprometidos em trazer a inflação para 4,5% em dezembro de 2016. Eu vou falar um pouquinho em resposta ao Deputado Júlio Cesar: esse é um remédio que infelizmente tem que ser aplicado nesse momento.

Em relação às considerações do Deputado Júlio Cesar, várias considerações que estão acontecendo em relação à receita tributária, em relação à evolução no crédito, aos investimentos, etc. Procurei dar uma visão não tão otimista, mas digamos assim, tratar o ano de 2015 como um ano de transição. Vejamos a evolução da economia brasileira, por exemplo, a crise financeira global de 2008/2009. No material que foi distribuído a V.Exas., há um gráfico, na página 20, que mostra a evolução do Produto Interno Bruto, do crescimento econômico, em várias economias do G-20. E o que nós vemos nesse gráfico é que todas começando lá em zero, em 2008, e a economia brasileira nesse período cresceu 20%.

A economia brasileira nesse período cresceu 20%. Outras economias. A economia da Coreia do Sul cresceu 22% nesse período, ou seja, de 2008 a 2014. Os Estados Unidos cresceram 8,7%. A Europa, no final de 2014, ainda estava num nível de produto inferior ao do começo de 2008. Ou seja, há uma recuperação das economias emergentes. O Brasil recuperou-se, saiu rapidamente da crise em 2008, 2009, com o uso de políticas fiscais e macroeconômicas, em geral, contracíclicas, ou seja, injetou estímulos. Os países do G-20 combinaram isso, fizeram uma saída. Então, nós vemos aquela saída em V no gráfico, lá em 2008, 2009. Depois, chegou a um nível, a um platô, a partir de 2011, 2012. Coincidentemente, tem a ver, também, com a evolução dos preços das *commodities*, que fizeram com que os nossos termos de troca andassem de lado e declinassem a partir de então, certo?

Mas o que eu quero dizer a V.Exa., Deputado, é que o que nós estamos fazendo agora... As mesmas políticas que funcionaram em 2008, os estímulos, não produziram crescimento nos últimos 2 anos, está certo, mas acabaram por, digamos assim, afetar os fundamentos macroeconômicos, em particular os colchões de proteção que nós tínhamos na área fiscal.



Então, o que se está fazendo agora é restabelecer esses fluxos fiscais, ajustar algumas perdas de receita por decorrência de ajustes de política fiscal no passado — estão sendo ajustadas. Eu não vou entrar aqui... Já falei das 4 dimensões do ajuste fiscal, tantos das reformas estruturais quanto da redução dos subsídios ou do corte de despesas e também da receita, enfim, desse conjunto todo para restabelecer, digamos, as bases da política fiscal e preparar o Brasil, ali na frente, para um novo ciclo de desenvolvimento, de crescimento econômico sustentável.

Então, nesse período, é natural, é um período de transição, o Governo é afetado em suas receitas, tem que fazer um ajuste pelo lado das despesas, num momento em que a economia não está vigorosa. Então, é um momento de preparar o Brasil para ali na frente.

Como eu mencionei, também, nós temos um evento importante agora, que é a própria normalização das condições monetárias nos Estados Unidos. Eu acho que nós temos que chegar a esse momento, que deve ser mais para o final do ano, com a economia brasileira rebalanceada, com menos vulnerabilidade possível, para enfrentar esse momento e, a partir daí, de 2016, ter condições de dar início a um novo processo de recuperação. Essa recuperação, da forma como nós antevemos, no momento, vai ser algo gradual, em função de tudo o que vem acontecendo em 2015. Mas, numa perspectiva um pouco mais ampla, vemos que a economia brasileira cresce 20% nesse período pós-crise. Ela não está parada. Ela chegou num nível que estabilizou esse crescimento, e agora temos que passar por esse ajuste para criar as bases para frente.

Então, eu não vou entrar nos detalhes, como V.Exa. mencionou, em relação à meta de inflação de 4,5%. É verdade, hoje está acima de 8%, no acumulado em 12 meses. Esse nível acumulado em 12 meses vai ficar com a gente, porque são tarifas públicas em que se mexe de 12 em 12 meses. Mas, no começo do ano que vem, já vamos ter uma queda significativa na inflação acumulada em 12 meses. Na mensal, já estamos vendo agora e veremos ao longo dos próximos meses uma queda na inflação. O mercado, os participantes de mercado hoje esperam a inflação, para o ano que vem, caindo para 5,5%. Nós dissemos que vemos esse movimento como um movimento positivo, porém não suficiente para o atingimento do nosso objetivo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - E a carga tributária do sistema financeiro?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, quanto à carga tributária do sistema financeiro, houve, recentemente, a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20%, também refletindo o cenário que V.Exa. mencionava anteriormente. O setor está saudável, está bem capitalizado, tem nível de reserva suficiente, ou seja, nós temos que enfrentar esse período de desaceleração da economia. É importante que se tenha um sistema saudável, capaz de enfrentar esse período de transição. Acho que isso é importante.

Agora, o que V.Exa. menciona em relação ao desempenho desse segmento, em parte, acho que está refletido na decisão recente de elevação da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sra. Presidente, só para concluir. Mesmo assim, Sra. Presidente, o aumento de 15% para 20% da carga tributária do sistema financeiro não vai dar 2/3 da carga tributária da indústria e do comércio.

Por fim — tenho um assunto que havia esquecido —, os 20 maiores devedores do BNDES, Presidente, devem 170 bilhões! Por questão de segredo fiscal e bancário, eu não vou citá-los. Esses 170 bilhões, quase todos recursos capitalizados pelo Tesouro Nacional, correspondem a 42% dos 400 e poucos bilhões capitalizados subsidiados pelo Tesouro Nacional.

O que o senhor pode falar sobre essa concentração dos 20 maiores devedores do BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O BNDES é o Banco Nacional do Desenvolvimento, que tem uma fatia grande do mercado de empréstimo de longo prazo. Olhando para frente, na linha do que já foi inclusive apresentado pelos Ministros do Planejamento e da Fazenda, é importante que o uso dos recursos escassos do BNDES sirva também para alavancar o mercado de capitais brasileiro. Este mercado avançou bastante ao longo das últimas décadas na questão da abertura de capital das empresas, mas precisa avançar mais em relação a instrumentos de dívida privada, de dívida do setor privado, como debêntures, enfim, dívidas mais de médio e longo prazo.



A visão dos Ministros da Fazenda e do Planejamento e também do próprio Presidente do BNDES, que anunciaram recentemente, há algumas semanas, é a combinação dos recursos escassos do BNDES com recursos oriundos do mercado de capitais, para então alavancar o financiamento de longo prazo, para a economia brasileira não ficar só restrita ou muito dependente da fonte BNDES. V.Exa. já mencionou a necessidade de capitalização ou de aporte de recursos do Tesouro Nacional àquela instituição. Olhando para frente, uma orientação nesse sentido parece bastante salutar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora, passaremos a palavra aos autores de requerimento.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo. Em seguida, terão a palavra Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás; o Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, quanto tempo eu tenho?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem 5 minutos como autor de requerimento.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente, depois, eu gostaria de pedir a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, peço para marcar o meu tempo, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ministro Alexandre Tombini, muito obrigado pela presença, atendendo a requerimento de nossa autoria.

Antes de eu fazer as perguntas seguintes, queria só fazer uma pergunta inicial: o senhor participou das reuniões em que foi tomada a decisão sobre o atual ajuste econômico? O senhor participou das reuniões e das decisões que foram tomadas sobre o ajuste? Só “sim” ou “não”.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Há diversas reuniões. De algumas, participei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Algumas. Muito bem.



Eu queria fazer aqui uma leitura, se me permite, de uma decisão do Tribunal de Contas da União, que, em seu relatório, diz o seguinte:

“Documentos submetidos pela equipe de auditoria junto à Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério do Desenvolvimento Social comprovam que, ao longo dos exercícios financeiros de 2013 e 2014, recursos próprios da Caixa foram utilizados para pagamento de dispêndios de responsabilidade da União, no âmbito dos seguintes programas de Governo: Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial”.

Diz ainda:

“De acordo com o teor do documento, encaminhado pelo Departamento Econômico do BACEN, a equipe de auditoria do Tribunal de Contas” — aí, eu ressalto — “restou demonstrado que os passivos gerados em razão da realização dos referidos adiantamentos não eram registrados pelo BACEN”.

Ou seja, referidos adiantamentos não eram registrados pelo Banco Central no rol das obrigações da Dívida Líquida do Setor Público — DLSP, como bem informa o referido documento.

Diz ainda:

“O Departamento de Supervisão Bancária informou que, ao final de agosto último, a Caixa Federal registrou em seu ativo 1 bilhão, 740 milhões e 500 mil reais de valores a receber do Governo Federal, referentes aos pagamentos relativos aos programas sociais”.

Ou seja, o Departamento de Supervisão Bancária da Caixa registrou no seu ativo esse valor. Esses valores, Sr. Presidente, foram registrados na subconta COSIF do uso interno da Caixa Federal — Programas Sociais, *“conta não abrangida na coleta automática de dados da apuração do resultado fiscal”*.

Aí, vem a seguinte questão:



“(...) No entanto, ao final do mês de agosto de 2014, uma semana após a apresentação da representação que deu origem aos presentes autos, o Departamento Econômico do Banco Central decidiu que tais passivos deveriam passar a ser registrados nas estatísticas fiscais de endividamento, posto que o registro de referidos adiantamentos seria compatível com o que determina a metodologia de apuração da Dívida Líquida do Setor Público”.

Portanto, o que houve? Uma mudança de interpretação do Banco Central? É isso que houve? Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

Por exemplo, se os senhores afirmaram que é um problema de interpretação da norma, por que o Banco Central passou a captar essas dívidas do setor público com esses bancos oficiais somente após o início da auditoria do Tribunal de Contas da União, como ficou claro no relatório? O expediente encaminhado pelo Tribunal acendeu a luz vermelha do Banco Central? Ou seja, houve essa mudança de interpretação? Por que só aí houve uma mudança de interpretação? Não é responsabilidade do Banco Central captar esses empréstimos, para apurar a real necessidade do financiamento do setor público, senão, estará sendo maquiado o resultado?

Sr. Presidente, essa é a minha maior preocupação. Com essa mudança de interpretação, o resultado anterior não estaria sendo maquiado, principalmente o resultado da Dívida Líquida do Setor Público? O Banco Central falhou, Sr. Presidente, na atenção devida a esse movimento que acabo de mostrar?

Se os senhores afirmaram que é apenas uma questão de interpretação, eu tenho aqui minhas preocupações, porque aqui houve uma interpretação diferente.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse dar essa resposta.

Há ainda outra questão que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Gostaria que V.Exa. me dissesse qual a sua maior preocupação hoje em relação a três problemas, de acordo com a



ordem de importância. Como Presidente do Banco Central, com a responsabilidade que tem, quais são as maiores preocupações que o senhor tem? Peço que me aponte três delas, em ordem de importância.

Como se explica o aumento permanente da taxa de juros, uma vez que a lógica dessa política econômica é aumentar juros para diminuir inflação? Como se explica aumento de juros e aumento de inflação?

Finalmente, Sra. Presidente, faço a última pergunta. O senhor está desde janeiro de 2011 no Governo. Eu vejo dois aspectos: os senhores que têm responsabilidade pela economia deste País estão vendo um Governo irresponsável, um Governo que, ao longo dos últimos anos, mostrou a tragédia da má gestão. Basta a ver a situação econômica em que nós vivemos hoje. O senhor está desde janeiro de 2011. O Ministro Levy já de um recado claro nesta semana: “*Olha, se continuarem atuando no Governo desse jeito aí, eu, daqui a pouco, peço o boné! Eu vou embora!*” “*Não, não, vem aqui e tal.*” “*Não, sente de novo, e vamos nos acertar aqui.*”

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Fretas) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vou concluir, Sra. Presidente. Então, V.Exa. está desde 2011. O senhor disse aqui que, a partir de determinado momento, se passou a afetar os fundamentos macroeconômicos. Ou seja, quando se percebeu uma gestão complexa como esta que estamos vivendo, uma tragédia da má gestão, levando a situação econômica como nós estamos, o senhor, lá atrás, não percebeu que os fundamentos da macroeconomia estavam sendo, de alguma maneira, afetados por essa tragédia da má gestão do Governo ?

É isso aí. Quero que V.Sa. entenda que é apenas um questionamento de interesse social e principalmente pela atribuição que nós temos de fiscalização aqui na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção que deu, como sempre, presente aqui na Comissão, para debater com a gente os interesses do País.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Presidente, eu gostaria de dar a palavra a outros autores de requerimento para responder em conjunto, pergunto se V.Exa. concorda.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, do PSDB de Goiás. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sra. Presidenta, eu estava até agora na Comissão Parlamentar de Inquérito da PETROBRAS. Então, a minha participação aqui ficou prejudicada. Abstenho-me de fazer as perguntas, considerando que o Deputado Vanderlei Macris já fez muitas delas. Apenas, vou ouvir as respostas.

Agradeço a V.Exa. e ao Alexandre Tombini por comparecer aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa. também por estar presente nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan Junior, do PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Senadora Rose de Freitas, Presidente Alexandre Tombini, demais colegas presentes, este é um Governo conhecido pelos comandantes que não sabem de nada. Para iniciar, é bom relatar que a decisão do Pleno, do Tribunal, foi dada por unanimidade pelo Pleno. Não foi um apontamento de um técnico sem manifestações prévias com relação à pedalada fiscal.

Esta audiência aqui, na verdade, não é a audiência do meu requerimento, porque eu entendia, Ministro, que este é um assunto tão especial que deveria ter uma audiência específica para ele, e assim foi aprovado na Comissão.

Por uma compreensão, sempre pertinente à Deputada Soraya, S.Exa. trouxe para cá a audiência na expectativa de que o senhor pudesse responder de forma mais efetiva à questão da pedalada. O senhor não o fez no início da sua manifestação. A Presidente Soraya reiterou a pergunta. O senhor entrou na linha de que não sabe o que aconteceu. O senhor não é advogado. Então, o senhor leu para nós uma parte da defesa que foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União, o Deputado Macris fez a pergunta no mesmo sentido, e eu vou lhe dar uma outra oportunidade, para ver se nós não precisamos realmente fazer a audiência aprovada para tratar especificamente dos controles do Banco Central sobre o sistema



financeiro, que não é a pauta integral desta audiência pública, Presidente, nós entendemos.

Eu vou, então, ser repetitivo, porque a D. Maria que está em casa assistindo tem duas questões que ela não entende. Se a dona Maria receber 20.000 reais na sua conta, o Banco Central pega, a Receita pega, ela vai para a malha fina. Como é que um gerente da PETROBRAS coloca 100 milhões numa conta no exterior? Como é que nós temos colegas aqui, Senadores e Deputados que aumentaram sua renda em 100%, 200%, 2.000%, 3.000% a sua renda com movimentações bancárias.

O Banco Central tem alguma forma de pegar só desvios financeiros até 100 mil reais, vamos dizer, 200 mil reais? Ele só pega peixe pequeno? Com o COAF, Ministério da Fazenda, com a Receita, o próprio Banco Central, todos esses controles só pegam peixe pequeno, só a D. Maria e o Seu João? Ladrão de galinho, aqui, cito o meu colega.

Eu queria voltar à questão da pedalada, ou como diria aqui o nobre líder do DEM, do passeio ciclístico; 40 bilhões não é mais uma pedalada, é um passeio ciclístico. O Ministro da Fazenda está no Conselho dos Bancos, indica 4 conselheiros, para Caixa, para o Banco do Brasil, para o BNDES. Eu fui Diretor de banco, Presidente. Meus colegas eram processados por darem crédito de 500 mil, lá no BANRISUL, e o Banco Central entendeu que para 500 mil reais, 1 milhão, não tinham garantia suficiente. Então, eles foram processados pelo Banco Central porque não deram garantia suficiente. O senhor quer me dizer, Presidente — e a pergunta é bem objetiva —, que o Banco Central não recebeu nenhum apontamento de um acionista da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do BNDES ou do Ministro da Fazenda de que o seu Governo tomou 40 bilhões, 40 bilhões? E não me diga que isso é uma prestação de serviço, Presidente, porque vamos combinar: se o Estado deve para a D. Maria, porque ele se comprometeu a lhe repassar um benefício social, alguma questão na área rural, algum valor, e não tem esse valor no caixa, ele pode ligar para o Presidente da Caixa Econômica e dizer “*passa para a D. Maria o dinheiro que eu não tenho para passar; quando der, eu te pago*”.

Eu não sei em que doutrina e em que ordenamento jurídico do mundo isso não é empréstimo. Eu não entendo muito bem ou estou entendendo errado a situação e lhe dou a oportunidade de me explicar de novo. Como é que não houve



uma decisão do Banco Central para apontar que isso era um empréstimo ilegal, um ato de tomar crédito ilegal, um financiamento do Governo de forma vedada pelo arcabouço jurídico brasileiro de 40 bilhões?

Eu vou ser mais claro: não houve nenhum apontamento de nenhum servidor, de nenhum funcionário do Banco Central dizendo “*olhem, colegas, isto aqui não está de acordo com a legislação vigente*”? Nenhum, Presidente?

Eram essas as minhas perguntas a que eu gostaria que o senhor respondesse, para que não precisássemos fazer uma nova audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta.

Começo pelas perguntas dos Deputados Vanderlei Macris e Delegado Waldir, que assinaram um requerimento. Então, começo respondendo a eles.

Na introdução, já fiz menção a esse requerimento e lembrei que um parecer da Consultoria-Geral da União, vinculada à Advocacia-Geral da União, examinando esses eventos, definiu ou avaliou como sendo originário de prestação de serviços. Essa é uma avaliação jurídica, não é em relação a isso que o Banco Central está prestando esclarecimentos ao Tribunal de Contas. Eu queria deixar isso registrado. Em relação àquele fato, é um assunto cujo deslinde jurídico se dará justamente no procedimento ora em curso no Tribunal de Contas da União.

Em relação à questão mais específica dos eminentes Deputados, eu gostaria de dizer o seguinte. Em primeiro lugar, o Banco Central tem a sua estatística fiscal. Nós compilamos dados do Banco Central. Temos 18 mil séries de dados — V.Exa. deve conhecer, tendo sido egresso do sistema financeiro, o conjunto de informações estatísticas que o Banco Central trabalha e atualiza. O Banco Central, em várias dessas estatísticas, é fonte primária. Em algumas outras, toma bases externas para compilar essas estatísticas.

Então, nós temos hoje em torno de 18 mil séries estatísticas, e, inclusive, séries fiscais. Não somos órgãos de controle fiscal nem controle contábil da União. Nós temos esse acervo de dados, inclusive fiscais, para atender aos nossos objetivos, qual seja: subsidiar as decisões de política monetária, tendo em vista a repercussão que a variável endividamento público ou a relação do setor público não



financeiro com as instituições financeiras tem sobre demanda agregada e nível de preços de inflação.

Nós seguimos uma metodologia internacional, apurada em conformidade com o Manual de Estatísticas do Fundo Monetário Internacional, cuja última versão data de 2014. Nós temos seguido essa metodologia.

A compilação de estatísticas fiscais pelo Banco Central, então, é para atender primeiramente ao nosso objetivo lá de trás, de 1991, que era ver o impacto do setor público sobre a economia como um todo e aí ajustar nosso instrumento de política monetária, para atingir nossos objetivos. E, em 1991, não havia metas de inflação, mas havia a estabilidade de poder de compra entre os nossos objetivos.

As estatísticas do Banco Central — a metodologia é conhecida desde 1991, portanto antes da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se deu no ano de 2000; V.Exas. bem sabem —, as nossas estatísticas, são produzidas por uma metodologia que tem como base a evolução dos ativos e passivos do setor público não financeiro junto ao Sistema Financeiro Nacional, junto a entidades do Sistema Financeiro Nacional. Se há uma entidade que não é do Sistema Financeiro Nacional, a nossa metodologia não vai pegar hoje, como não pegou em 1991 e como não pegou depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós focamos a nossa metodologia “abaixo da linha”, que é essa variação de ativos e passivos, como eu mencionei. Essa é diferente da “acima da linha”, que são as despesas e as receitas, o próprio Tribunal de Contas da União, o órgão de controle, o Tesouro Nacional, o Ministério do Planejamento. Inclusive, o Tribunal de Contas já reconhece que a nossa metodologia foi feita com esse objetivo lá de trás.

As estatísticas macroeconômicas têm natureza, características e definições próprias, que são referenciadas em manuais internacionais, e têm que ser comparadas internacionalmente. Estão entre essas características: ter uma metodologia pré-definida, de conhecimento público, amplamente divulgada e aceita; ter fonte de dados que garantam periodicidade, tempestividade, integridade, abrangência e qualidade das estatísticas; ter procedimentos operacionais consolidados que permitam a verificação da qualidade dessas estatísticas. Então, nós temos que seguir esses preceitos.



V.Exa. se refere a alguns números. Esses números nós veremos nos esclarecimentos, são números relacionados com, por exemplo, relação de setor público com entidades não financeiras, entidades não reguladas, entidades que não têm o balanço regulado pelo Banco Central, que não seguem nossas orientações — portanto, não estavam e não estão na nossa estatística, na nossa metodologia. Essa metodologia não muda para se adequar.

Obviamente, se alguém decidir lá na frente que tem que mudar, nós vamos ter que fazer uma nova estatística. Vai ter que haver a estatística do “abaixo da linha”, para contar ações internacionais, uma estatística nova para atender a uma determinação. Mas aí eu já estou indo mais à frente.

Nossa estatística, de novo, relação entre instituições financeiras e setor público não financeiro, variação de passivos e ativos. Temos outras fontes, como a Conta Única do Tesouro, no Banco Central, e algumas outras fontes externas, por exemplo, balanços de pagamentos. Então, são essas as bases que nós adotamos.

Também, na nossa contabilidade do “abaixo da linha”, metodologia conhecida, nós usamos o critério de caixa. Quem é egresso do sistema sabe que essa contabilidade, que é uma contabilidade fiscal e econômica, nesse caso de que nós estamos falando, segue a metodologia do conceito de caixa. Então, se há um conjunto de compromissos para serem pagos nos próximos 5 anos, a cada ano em que esse pagamento for efetivado, aí, vai entrar no conceito do “abaixo da linha”. Agora, no COSIF — Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, na contabilidade das instituições financeiras, segue um regime de competência. Então, lá vai estar registrado um crédito contra terceiros. Mas, na contabilidade fiscal, só quando esse pagamento já estiver vencido ou quando for efetuado é que entrará na estatística fiscal. Essa é a nossa metodologia, desde sempre, não mudou, desde 1991, não mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal e não mudou hoje, está da mesma forma.

Então, essas são algumas considerações iniciais, que são estatísticas, com o objetivo de municiar primeiro o Banco Central, como formulador, com toda a política monetária, que precisa saber como se dá o impacto do Governo sobre a demanda agregada, sobre o nível de preço, sobre a inflação, para definir os seus instrumentos no que se refere à sua parte na política macroeconômica.



Dito isso, há essas particularidades com relação às fontes de dados, fidedignidade das fontes, em relação à característica da contraparte ser uma instituição financeira, em relação ao tipo de contabilidade que nós usamos, que é contabilidade caixa, e não competência, como é o caso da contabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

É basicamente isso. Nós temos que ter a comparabilidade internacional e seguimos o Manual de Estatísticas Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Vem sendo seguida essa metodologia, e esperamos que continuemos a segui-la, porque é uma metodologia conhecida, aceita pelos participantes e pelos economistas, aceita para comparações internacionais.

Quanto à questão da verificação das operações, é importante observar, Deputado Vanderlei Macris, em relação à sua pergunta específica, que, antes da instauração do procedimento pelo Tribunal de Contas, a área de fiscalização do Banco Central já havia abordado a evolução de passivos da União na contabilidade de instituições financeiras, o que inclusive ensejou ajustes em seus procedimentos de elaboração de estatísticas, em linha com o padrão metodológico que nós adotamos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então houve uma mudança de concepção, não é?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - No início de 2014, em decorrência dos trabalhos de acompanhamento contínuo da supervisão do Banco Central, o BC identificou variação relevante, em conta do COSIF, de instituição financeira, associada à entidade da administração federal.

Em 19 de março de 2014, em função dessa constatação, foi requisitada à instituição financeira que discriminasse a origem da referida variação. Em resposta, a instituição informou que os montantes relacionados à ocorrência, lançados em conta de uso interno, a que V.Exa. se referia, eram referentes à antecipação de pagamento de benefícios sociais.

Em 8 de abril de 2014, a supervisão do Banco Central diligenciou a solicitação de outras informações relativas à composição do saldo da referida conta, bem como a lançamentos contábeis e a instrumentos contratuais correlatos. A instituição financeira prestou as informações solicitadas, em 24 de abril de 2014, destacando



adicionalmente que já havia recorrido à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal junto à AGU, em 26 de dezembro de 2013, portanto antes do nosso trabalho de verificação — consultou para resolução de controvérsia jurídica com os órgãos da União.

Em 16 de maio de 2014, a supervisão do BC finalizou o relatório sobre o assunto, recomendando o encaminhamento de consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Banco Central. Nós temos um rito, que é seguido, em relação a ações de fiscalização, a dúvidas que surgem no meio do processo — não tem nada a ver com a estatística fiscal, ainda está no âmbito da fiscalização.

A Procuradoria-Geral concluiu seu parecer em 11 de agosto de 2014, e, no final de agosto de 2014, a documentação reunida sobre o caso foi encaminhada da área de fiscalização para a área de política econômica do Banco Central do Brasil, quanto à análise e sobre as providências cabíveis.

Como resultado final, no final de setembro, após a análise do caso pela área de política econômica, sob a ótica própria da metodologia de produção de estatísticas fiscais, à luz dos correlatos critérios de abrangência, cobertura, padrões internacionais e procedimentos operacionais, foi efetivada a incorporação às estatísticas fiscais do BC de dados relacionados aos repasses do Tesouro à Caixa vinculados ao pagamento de programas sociais.

Aqui está a linha do tempo em relação aos procedimentos internos do Banco Central: detecção pela supervisão; consulta à instituição afetada pelo trabalho; réplica; esclarecimento de que estava em processo de conciliação e arbitragem, para definição dessa prestação de serviço; e consulta à Procuradoria-Geral, com o retorno do resultado dessa consulta para a supervisão do Banco Central. Isso foi informado de pronto ao departamento econômico, que registrou nas estatísticas fiscais.

Então, o nosso procedimento interno é um procedimento robusto, segue padrões internacionais, e essas contas foram ajustadas. Não houve mudança metodológica. Houve simplesmente detecção pela supervisão dessa acumulação numa conta que era de passagem. E o registro foi efetuado.

Quanto à pergunta específica de V.Exa., eu presto esses esclarecimentos precisos em relação ao que se passa no Banco Central.



Já atendendo à pergunta do Exmo. Deputado Nelson Marchezan Junior, é isso. Primeiro, as nossas estatísticas seguem metodologia consagrada internacionalmente, pelo Fundo Monetário Internacional. Ela tem essas características. O “abaixo da linha”, definido pelo Banco Central, desde 1991, se dá por meio das relações, ou seja, dos ativos e passivos, entre setor público não financeiro, de um lado, e as instituições financeiras, de outro. Um fundo, algo que não é instituição financeira e tem relação com o setor público, não é capturado pela nossa estatística. Não era em 1991, não foi a partir de 2000.

Diga-se que, incidentalmente, a estatística do Banco Central passou a ser o padrão de aferição, o “abaixo da linha”, do resultado fiscal, porque já era uma estatística bem considerada. Dentre aquelas tantas outras séries estatísticas, esta é uma estatística bem reputada, que segue padrões internacionais e que tem data de divulgação definida, cronograma — 1 ano antes é definido quando vai ser divulgada —, mês a mês, uma tempestividade mensal, e tem alguma credibilidade, senão não seria usada da forma como é e também não teria sido, digamos, emprestada para aferição do resultado fiscal do setor público anual.

São esses os esclarecimentos. Eu posso acrescentar, porque V.Exa. adicionou mais alguma coisa.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Só para ver se eu entendi, pela resposta do Deputado Vanderlei Macris. Então, isso foi detectado no Banco Central em uma auditoria. É isso? Foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Auditoria, não; trabalho de supervisão, trabalho de regulagem e supervisão. Detectamos no final de 2013 e início de 2014. Foram feitas as consultas à instituição. A instituição respondeu inclusive que estava em processo de arbitragem junto à Advocacia-Geral da União. Os esclarecimentos foram prestados. As consultas internas foram procedidas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Então, isso não passou em branco pelos servidores concursados do Banco Central, desde 2013?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Respondendo à sua pergunta, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Não passou em branco. Então, desde 2013, o Banco Central sabe que isso está ocorrendo. O



senhor afirmou aqui que considera correto. Então, isso pode estar ocorrendo ainda? A Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil ainda podem estar financiando o Governo Federal?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse, não.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas podem estar? Ou não estão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não foi isso que eu disse.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu estou perguntando.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não vou responder em tese. A nossa estatística tem metodologia consagrada. Nós seguimos os nossos procedimentos operacionais, que são de conhecimento público. Se no futuro detectarmos, nós vamos trabalhar.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Neste ano não foi detectado?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, respondendo à outra parte da sua pergunta, nós temos um sistema hoje de prevenção à lavagem de dinheiro, que V.Exa. mencionava inicialmente. No que cabe ao Banco Central do Brasil, como regulador do sistema financeiro, nós temos que nos certificar de que as instituições financeiras estão seguindo as políticas de prevenção à lavagem de dinheiro. Uma instituição que não é financeira e não está sob o nosso escopo nós não vamos regular nem supervisionar. As instituições financeiras que são reguladas e supervisionadas pelo Banco Central têm que seguir procedimentos claros de prevenção à lavagem de dinheiro.

O órgão central desse sistema, V.Exa. bem sabe, é o COAF, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, aonde as notificações chegam. Naturalmente, o Sistema Financeiro Nacional tem uma participação em 5% da economia. É uma estrutura importante, onde se dão as relações econômicas de toda a parte financeira, como V.Exa. bem sabe.

Desde a aprovação da lei de prevenção à lavagem de dinheiro, de 1998, mais de 5 milhões de notificações foram feitas pelo Sistema Financeiro, seguindo a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. Foram feitas



notificações das instituições financeiras para o órgão central. Isso não quer dizer que toda notificação tenha por trás uma irregularidade. Mas foram feitas mais de cinco milhões. Só no ano de 2014 foram feitas 800 mil. Então, é um processo que está funcionando. Várias das coisas que estão aí hoje são oriundas inclusive deste processo de monitoramento. As instituições financeiras têm que cumprir e informar os órgãos de controle. E aí o órgão de controle central vai fazer um juízo sobre aprofundar ou não trabalhos na questão da prevenção à lavagem de dinheiro. Então, é isso basicamente.

Só para dar uma noção da dimensão do negócio, são 30 mil operações de câmbio por dia, sete milhões de operações de câmbio por ano, no País. Então, nós estamos tratando de um segmento robusto em relação ao número de operações. São 9 bilhões de dólares transacionados por dia, aproximadamente. Ou seja, são mais de 2,2 trilhões de dólares transacionados na casa de câmbio, em uma economia como o Brasil, que hoje é a sétima maior economia do mundo, com 372 milhões de dólares em reserva. É uma economia mais aberta economicamente do que já foi no passado e em que não tem aquela lógica da escassez de vida. Tem uma lógica, claro. Prevenção à lavagem de dinheiro tem que ser firme em qualquer mercado, seja de câmbio ou de outros ativos. Enfim, inclusive ativos não financeiros, como é o caso. Então, nós estamos atentos. O sistema está operando, está funcionando e vai continuar funcionando no futuro.

Basicamente, são essas as minhas considerações em relação aos dois requerimentos.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou fazer uma observação. Hoje nós temos que aproveitar ao máximo a presença do Presidente do Banco Central para termos a oportunidade de debater e esclarecer todos os pontos de vista importantes para encaminhamento do trabalho desta Comissão e das demais Comissões. Nós estamos, às 16 horas, com início da Ordem do Dia nos dois plenários. Temos mais quinze inscritos e, ainda, o pedido de palavra de Líder, que antecede a inscrição de todos os senhores oradores. Eu vou pedir a compreensão do Deputado Pauderney Avelino. Poderia até suceder o fato oposto, mas eu vou



respeitar o Regimento e dizer que considerei o tempo de 3 minutos para cada orador.

Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. Só quero dizer que me referi a S.Exa., que ficou esperando uma resposta. V.Exa. dispõe de 3 minutos como Líder.

Com a palavra, por 1 minuto, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu não vou nem usar o meu direito de réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Poderia tê-lo feito na hora. Eu não o impedi.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não. Eu gostaria apenas de obter a resposta a duas perguntas que o Presidente não respondeu e que eu fiz também. Diante da crise, qual a sua maior preocupação? Como Presidente do Banco Central, me diga três maiores preocupações que lhe afetam hoje em relação à crise da economia. Segundo, como explica o aumento permanente dos juros, uma vez que a macroeconomia hoje atua nesta direção? Ou seja, aumentar juros para diminuir a inflação? Como se explicam aumento de juros e aumento de inflação? Só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Acabou? V.Exa. foi rápido demais.

Com a palavra o Sr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito bem.

Inflação e estabilidade financeira são as missões do Banco Central. São essas que sempre me preocupam. Em relação a juros e inflação, nós estamos, como eu estava mencionando no início, tratando de dois choques de preços relativos no momento: a valorização internacional do dólar, que tem repercussões internas de um lado, e o ajuste do preço relativo referente aos preços administrados, que subiram na faixa de 13% a 14% no acumulado de 12 meses. O que nós estamos fazendo com a política monetária é circunscrever esses ajustes de preços relativos, que são positivos para a economia em médio prazo, a este ano de 2015. Nós vimos uma deterioração das expectativas da inflação para este ano, fechando o ano, segundo o mercado, acima de 8%; para o ano que vem, segundo este mesmo



mercado, 5,5%; para o ano seguinte, 5%; para 2018, 4,7%; para 2019, 4,5%. Ou seja, o trabalho está sendo feito, e algum resultado estamos vendo em relação à convergência da inflação para a meta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Líder Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só 1 minuto.

Deputado Macris, V.Exa. tem direito a 1 minuto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Considero apenas que o Presidente não tem preocupação nenhuma. Eu pedi três, só. Ele não respondeu porque eu acho que ele não tem preocupações.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não posso comentar o que foi abordado pelo Presidente, mas eu posso atender V.Exa.

V.Exa. tem direito à réplica e à tréplica. Se não estiver satisfeito, por favor, se manifeste.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sra. Presidente, eu só pedi ao Presidente do Banco Central que me desse três preocupações maiores hoje, como gerente da economia — um dos gerentes da economia. Presidente do Banco Central, quais são as três preocupações maiores, em ordem de importância, em relação à crise econômica que temos hoje?

É importante para mim ouvi-lo. Eu sou um brasileiro importante.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bom, como Presidente do Banco Central, eu vou repetir: inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perdão. Inflação, inflação e estabilidade do sistema financeiro. Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Sr. Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Presidente Rose de Freitas, demais Presidentes das Comissões, Presidente do Banco Central, Diretores, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sempre tive uma preocupação com relação à questão da fiscalização do sistema financeiro pelo Banco Central. Fui autor de projeto de decreto legislativo para sustar portaria do Banco Central e tudo o mais.



V.Exa., Presidente, sabe que o Banco Central tem o *déficit* de pessoal, e esse déficit compromete o bom trabalho de fiscalização feito pelo órgão. Isso me preocupa. Qual é a providência que V.Exa. está tomando para resolver esse problema?

Outra questão que eu quero colocar: V.Exa., como Presidente do Banco Central — e o Banco Central é o guardião da moeda; responsável, portanto, pela inflação —, esteve aqui no final do ano passado e afirmou que a inflação iria convergir para o centro da meta já no segundo trimestre de 2015, e que o Banco Central não seria complacente com a inflação.

O que nós estamos vendo — não vou dizer que o Banco Central esteja sendo complacente — é que a inflação saiu da aba superior da meta. Aponta a inflação, segundo o relatório Focus, para 8,37% este ano.

A outra questão que eu gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente, é com relação ao endividamento das pessoas físicas no Brasil e a esse choque que a equipe econômica está dando agora. O Sistema Financeiro de Habitação está lamentavelmente comprometido, e isso nos preocupa muito, porque este é o setor que mais emprega no País, juntamente com o agronegócio. E o que nós percebemos é que os saques que estão sendo efetuados na Caixa Econômica Federal deverão reduzir em 25 bilhões o valor destinado ao financiamento habitacional.

Ah, e eu gostaria que V.Exa. também tivesse sensibilidade com relação a uma notícia que saiu na *Folha de S.Paulo*, dizendo que os bancos e construtoras querem que o Banco Central libere pelo menos parte do depósito compulsório da poupança, que soma cerca de 120 bilhões de reais. Esta hipótese está em análise no Banco Central?

V.Exa. é membro da equipe econômica — está no Banco Central, é responsável pelo combate à inflação e, como guardião da moeda, obviamente é responsável pela política monetária. Nós entendemos que a política de emprego e a política monetária se entrelaçam, e o Governo induziu a população a se endividar. Uma vez as pessoas se endividando, a inflação vai aumentando. V.Exa. já estava no Governo em 2011, quando houve um aumento desse endividamento. E nós entendemos que isso não pode acontecer de forma aleatória.



Agora, o Ministro Levy, novo coordenador da política econômica, vem e dá um tranco na economia, colocando-a em risco. Quer dizer, a Caixa Econômica estará sem recursos para o financiamento habitacional. E eu não estou falando das pequenas empresas, estou falando das grandes empresas que lançaram empreendimentos no Brasil inteiro e estão tendo dificuldades de fazer o repasse, em razão do aumento substancial dos juros para o financiamento. Isto, a meu ver, coloca em risco um setor extremamente importante para o nosso País.

Por fim, Sr. Presidente, o Orçamento de 2015 traz um crescimento do PIB de 3 pontos percentuais, em descompasso com a realidade. Ou seja, há aí uma diferença em torno de 4 pontos percentuais. Nós fizemos uma conta aqui: cada ponto do PIB da receita administrada é de 0,63%, que vai gerar em torno de 20 bilhões de reais de redução apenas com a redução do PIB, e da receita previdenciária, em torno de 2 bilhões. Isso significa 22 bilhões de reais a menos só em relação ao PIB, sem contar com as despesas obrigatórias que o Ministro Levy disse que estão fora de controle.

Gostaria que V.Exa. se pronunciasse.

Agradeço a complacência da Presidente Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria só esclarecer o seguinte: vários Deputados se ausentaram por um motivo óbvio: a Ordem do Dia. Vou fazer dois blocos de perguntas apenas, para que todos que estão aqui possam participar efetivamente.

Concedo a palavra ao Presidente Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Exma. Sra. Presidente.

Em relação aos recursos humanos, nós temos 4 mil funcionários no Banco Central, aproximadamente. O Banco Central tem nove — digamos assim — regionais, mais Brasília. Nós tratamos não só do Banco Central clássico, na condução da política monetária, mas também somos supervisores e reguladores do sistema, como V.Exa. bem aludiu — e conhece bem a matéria.

O que nós estamos fazendo nesse período de escassez, em que todo o Governo, as autarquias, enfim, as agências reguladoras estão sofrendo o impacto da restrição orçamentária é procurar, dentro do envelope orçamentário que nos compete, trabalhar para preservar o máximo possível as atividades relacionadas à



supervisão do sistema. Então, nós já estamos protegendo os recursos dentro desse novo envelope. São os recursos justamente relacionados a essas matérias que V.Exa. mencionou: se a supervisão está sendo olhada com prioridade dentro de um envelope de recurso menor em função do ajuste das contas.

Em relação à inflação, enfim, vamos focar então hoje no que está acontecendo, entre outras coisas, nessa valorização do dólar no mundo, também com repercussão aqui. V.Exa. se lembra de que, no começo do ano passado, o real ficou entre 2,20 e 2,25 em relação ao dólar por 6 ou 7 meses até que lá para setembro começou a subir para 2,50, 2,80, depois foi a 3,20 ou 3,30. Agora, está como está.

Esse processo não é restrito ao Brasil. É um momento de fortalecimento do dólar, porque a economia americana estava crescendo mais do que em outras regiões e tinha que normalizar suas condições financeiras. Então, esse é um. O outro são os preços administrados que subiram, que foram retirados, a nova lei retirou o auxílio subsídio, por exemplo, do consumo da energia elétrica, ou seja, do subsídio ao consumidor final, de maneira que tem havido impactos grandes nos preços administrados, e isso se reflete. Mas, o importante é fazer com que eles se circunscrevam ao curto prazo, se houver deterioração, como tem havido, é na expectativa de inflação de curto prazo, e que as expectativas para o ano que vem e os seguintes estejam bem ancoradas na meta de inflação. Esse é o nosso trabalho.

A questão sobre o Orçamento eu não entendi muito bem, porque o crescimento da economia subjacente ao Orçamento da forma como ele está hoje, inclusive dos anúncios que foram feitos na sexta-feira pelo Ministro da área econômica, está numa contração de 1,2%. Por quê? O Governo acredita nisso? Não é, é a metodologia que é utilizada. Acordou-se desde o início desta gestão, desde o...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - O projeto de lei que foi mandado para cá e que foi aprovado aqui previa um aumento de 3%. Menos 1,2%, são 4,2%.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certo. Isso tem que ser atualizado, porque a metodologia é seguir as expectativas que são externas ao



Governo, do mercado que está na faixa, hoje, de contração de 1,2% do PIB, e é esse o número que eu entendo que a equipe econômica tem trabalhado para fixar...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - A lei orçamentária foi aprovada com 3 pontos do PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Foi aprovada. Então, enfim, está sendo ajustada no sentido do descontingenciamento...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Isso significa 22 bilhões a menos, só com relação ao PIB.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a outra questão relevante que V.Exa. coloca, o Banco Central segue todos os segmentos. Esse é um segmento particularmente importante, pelo que V.Exa. mencionou. Enfim, nós estamos sempre estudando, digamos, as questões relacionadas a setores específicos, e essa questão não é diferente. Estamos estudando esse assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós vamos fazer um bloco agora e outro bloco depois.

Concederei a palavra aos Deputados Julio Lopes, Benito Gama, Evair de Melo, Edinho Bez e Senador Hélio José. Serão 3 minutos para cada, improrrogáveis.

Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, quero retornar à questão aqui das pedaladas, porque não me senti atendido. Sr. Presidente, de fato não entendi quando o senhor disse “*abaixo da linha*” e “*instituição não financeira*”.

Interessado no desperdício e no absoluto descontrole da questão do Bolsa Família, lendo um acórdão do Tribunal de Contas da União, de 10 de setembro do ano passado, onde aquele Tribunal diz que analisadas 1.600 milhão contas, 400 mil tinham irregularidades, o Tribunal se refere, inclusive, a uma ilegalidade no contrato entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Ação Social, irregularidade essa que preveria ao projeto de licitação que fosse licitado por conta individualizada e não pelo conjunto da prestação de serviço, e isso está em discussão ainda.

Mas, eu não entendi, Sr. Presidente, e fiz um requerimento de informação ao Ministro da Fazenda exatamente para saber que observações teria feito o Ministério



da Fazenda e o Banco Central a essa questão. Claro que houve, sim, empréstimos concedidos, inclusive os regulados pelo Banco Central. Assim é a resposta do Ministério da Fazenda: “À guisa de exemplo, a referida sistemática encontra amparo no contrato firmado entre a União, por meio do Ministério da Ação Social, e a Caixa, sendo prevista a compensação entre as partes na ocorrência de saldos positivos ou insuficiência de recursos, conforme cláusulas contratuais específicas assim redigidas”.

E aí ele se refere à clausula 10^a do contrato, da qual eu vou ler aqui só o final, dizendo o seguinte: “Os recursos de que trata o caput serão creditados à CONTRATADA em Conta Suprimento específica para cada programa objeto desse contrato, com movimentação e reserva pela CONTRATADA, cujos respectivos saldos serão remunerados financeiramente em base diária pela CONTRATADA pela variação da taxa extramercado do Banco Central – DEDIP, sendo assim controlados em conta no exercício financeiro”.

Como o senhor diz que o Banco Central não regula essa ação ou a Caixa Econômica Federal não é um agente financeiro do Governo Federal entre o Ministério do Desenvolvimento Social, se é essa a resposta da consulta que fiz ao Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - A resposta será dada no bloco.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, na mesma linha do que perguntou o Deputado Vanderlei Macris, saber qual seria a verdade do que se especula agora sobre a possibilidade de liberação de recursos da reserva custodiada no Banco Central, em relação à ampliação da liberação desses recursos não só do FGTS, mas também do compulsório. Existem tais rumores na mídia de uma maneira geral, tendo o Banco Central elevado o juro no Brasil — a taxa SELIC é uma das maiores do mundo —, como amplamente foi divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Com a palavra o Deputado Benito Gama, do PTB da Bahia, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO BENITO GAMA - Sr. Presidente, Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco do Central, e sua equipe aqui presente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro eu quero dizer da alegria de ver o Ministro



presente nesta Casa do Congresso Nacional, para discutir esses temas que pertencem realmente ao País e a todos nós brasileiros. Vejo S.Exa. liderando esse processo hoje extremamente complexo da política monetária do Brasil e do controle da inflação.

Dentro do seu pronunciamento, Sr. Ministro, eu gostaria de esclarecer dois pontos. V.Exa. disse que, em dezembro de 2016, estaríamos no centro da meta de 4,5% da inflação. E logo depois, parece que V.Exa. fez referência a 2018 ou 2019. É só para eu me esclarecer com relação isso.

Qual seria esse ponto de inflexão, seria em janeiro, com os preços administrados, ou não? Haveria uma tendência de antes de janeiro haver os preços administrados? Como essa dúvida ficou? Eu gostaria de V.Exa. um esclarecimento.

Do ponto de vista de política monetária e de controle da inflação, realmente o Banco Central, sob a sua liderança, juntamente com a Diretoria e o quadro técnico do Banco, hoje é uma ilha de prosperidade e de tranquilidade quanto a esse controle da política monetária e das políticas da economia brasileira. Eu não estou tranquilo, como nenhum brasileiro está tranquilo hoje, mas seguramente estou um pouco esperançoso sobre a eficácia e a eficiência desse projeto que V.Exa. lidera.

Eu teria duas perguntas. Com relação ao resultado do Banco Central a que V.Exa. se referiu no início do seu pronunciamento e aos 25 bilhões do resultado do segundo semestre de 2014, quais seriam as duas principais contas de receita e de despesa desse item? E quanto a essa receita das reservas cambiais de 65 bilhões? Fala-se muito também sobre essa questão do carregamento da reserva brasileira. Gostaria que V.Exa. pudesse fazer um esclarecimento sobre isso.

A outra pergunta é com relação ao Banco Central como órgão regulador. Falou-se da Caixa Econômica com relação aos programas sociais. Mas, também sobre a Caixa Econômica no ano passado, houve a informação de que a Caixa teria apropriado como receita algumas contas individuais de poupança e correlatas, que foram apropriadas como lucro. Depois não houve desdobramento, pelo menos na imprensa e aqui no Congresso, sobre o resultado desse processo. Gostaria de saber se V.Exa. poderia fazer um esclarecimento com relação a isso.

E o outro ponto da gestão do sistema financeiro é com relação às intervenções com que o Banco Central opera ao longo de vários anos. Não é um



processo somente deste Governo. Mas parece-me que, ao longo dos últimos anos, esse processo de intervenção do Banco Central não chega ao fim ou, se chega, chega muito lentamente.

Quero dizer que eu realmente fico muito feliz em ver V.Exa. afirmar aqui que as suas preocupações são o controle da inflação e a estabilidade do sistema financeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Muito obrigado, Deputado Benito Gama.

O próximo inscrito deste bloco é o Deputado Evarir de Melo, do PV do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Alexandre Tombini, eu vou ser bem sucinto para cumprir aqui o tempo. V.Exa. me perdoe se eu for repetitivo em alguma pergunta, já que as funções da Casa fazem com que estejamos em muitas atividades.

No começo, V.Exa. falou muito em ajustes e ajustes. Eu só escuto falarem em ajustes nos últimos dias. A minha pergunta é bem objetiva: no que nós nos equivocamos no passado e temos que corrigir hoje? Onde, na condução da política econômica, nós cometemos erros que temos que corrigir, para não cometê-los no futuro ou comprometer os ganhos que pensamos para o futuro?

Nesta Casa tramita uma legislação relativa ao ato cooperativo. O cooperativismo consolida-se cada vez mais no Brasil como uma economia de rede que tem levado oportunidades a muitos brasileiros, principalmente ao setor agropecuário, em que eu milito e trabalho. Sobre isso eu tenho algumas perguntas. O que o Banco Central conhece e pensa a respeito do ato cooperativo como política de incentivo à economia principalmente desses cooperados do Brasil inteiro? Qual é a avaliação que V.Exa. faz das cooperativas de crédito, que têm crescido muito no Brasil nos últimos anos e, repito, são uma potência no setor agropecuário? O que Banco Central avalia, pensa e consolida a partir daí?

Eu também queria que V.Exa. falasse da questão de alguns Estados ainda terem bancos estaduais. V.Exa. conhece as dificuldades do setor e do segmento. O



que o Banco Central tem hoje de acompanhamento e de orientação para esses bancos estaduais?

A última questão é sobre o HSBC, que estaria indo embora, estaria fechando as portas, estaria abandonando o barco — eu não sei qual expressão usar, porque estamos lendo muitas coisas nos últimos dias. Qual foi a avaliação que o HSBC fez para tomar a decisão de abandonar esta terra fértil que seria o Brasil? De quem foi o equívoco? Foi um erro nosso, ou foi um erro de interpretação, ou foi algum plano estratégico de orientação ao HSBC?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Primeiro, Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Presidente do Banco Central, que sempre tem atendido os nossos convites, o que é importante.

Registro que nós estamos um pouco tristes até, porque aprovamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle o convite, e não a convocação, para o Banco Central e a FEBRABAN virem prestar esclarecimentos à nossa Comissão, mas eles se negaram a se fazer presentes. Nós vamos tomar outras medidas obviamente.

Acredito que o Presidente do Banco Central não deva estar sabendo disso. Inclusive, nós não convidamos S.Exa. porque houve um acordo para fossem convidados os diretores ou algo parecido. O tema eram as taxas de juros. Eu não sei se eles começaram a fugir, mas nós vamos tomar outras providências.

Já que eles não vieram, quero aproveitar para perguntar ao Presidente sobre as taxas de juros, que nós estamos debatendo há muito tempo. Eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de que hoje sou membro, e tenho conhecimento da área financeira, que é a minha formação inclusive. Mas ninguém consegue explicar essas altas taxas de juros no Brasil.

Veja, por exemplo, a questão do cartão de crédito e do crédito rotativo cobrado pelos bancos, Sr. Presidente. Vamos botar a mão! Isso não é possível! Muitas pessoas acabam comprometendo o seu orçamento e não conseguem mais pagar o cartão de crédito e o próprio crédito rotativo. E os bancos sujeitam tais



pessoas a refinanciarem a dívida, o que é uma alternativa, cobrando juros de 2,5% a 3%, dependendo da taxa.

Está na hora de nós pensarmos nisso e não aceitarmos mais o cartão de crédito cobrando 10% a 12% ao mês, com uma inflação de menos de 1% ao mês. Não tem explicação para isso! O spread do banco não justifica o que o pessoal vem explicando. Eu também estranho muito a ausência de explicação sobre isso.

Eu estou encerrando, Sr. Presidente, porque o tempo é curto e é preciso colaborar, uma vez que estamos na Ordem do Dia. Na realidade, quando se fala em ajuste fiscal, eu não vejo saída. Nós estamos aprovando o ajuste aqui, estamos discutindo, estamos colaborando porque temos que pensar no País acima de tudo. Agora, eu não vejo uma saída para o País a não ser pela produção, produzindo incentivando, desde lá do interior, a agricultura, o comércio, a indústria, a agropecuária. Enfim, a produção é que vai aumentar o PIB e possibilitar que busquemos o equilíbrio.

No entanto, há por parte de muitos uma certa desmotivação no que tange às taxas de juros e aos incentivos. Eu vou citar um exemplo aqui, para encerrar, de uma empresa de Santa Catarina conhecida nossa, que tem 1.200 funcionários. Essa questão não tem muito a ver com V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderá ajudar o Ministério da Fazenda e a Receita Federal a resolver a situação. A empresa, com 1.200 funcionários, estava devendo cerca de 100 milhões de reais. Como ela é viável, ofereceu em dação um terreno avaliado pela Caixa Econômica Federal em 75 milhões de reais, parcelando a diferença. Isso manteria a empresa. Mas a Receita Federal — também é culpa nossa no que tange à legislação — não aceita, meu caro Deputado Benito Gama, um terreno em dação avaliado acima do que se estava pedindo para reduzir a dívida. Agora, se a empresa falir, a dação é aceita, ou seja, ela primeiro tem que falir, para depois ser aceita a dação como garantia de pagamento.

Nós estamos revendo isso, estamos avaliando o projeto de lei. Isso não diz respeito diretamente por V.Exa. Mas, como Presidente do Banco Central, V.Exa. poderia nos ajudar nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de fazer uma proposta. A Ordem do Dia já se iniciou na Câmara e no Senado. Como há mais



oradores inscritos, proponho que todos sejam incluídos num bloco, para que o Presidente respondesse. Estamos de acordo? (*Pausa.*)

Vou ler o nome de todos os inscritos: Senador Hélio José, Deputado Edmilson Rodrigues, Deputado Alfredo Kaefer, Deputada Geovania de Sá, Deputado Leo de Brito, Deputado Mauro Pereira e Deputado Izalci.

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. SENADOR HÉLIO JOSÉ - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, Sr. Altamir, Diretor de Administração do Banco Central, demais Parlamentares aqui presentes, nós últimos somos praticamente sobreviventes, pois ficamos aqui até o limite da exaustão das nossas forças.

Sr. Alexandre Tombini, V.Exa. é um servidor público de carreira como eu, concursado, que faz um trabalho excelente no Banco Central. Quero saber de V.Exa. sobre o concurso que o Banco Central solicitou em agosto de 2012. Em março de 2014, ocorreu a homologação final do concurso, depois de totalizados os 18 meses. O prazo final para chamar os aprovados é setembro de 2015.

O Banco Central é um dos órgãos que mais sofrem com a falta de pessoal, em função dos diversos pedidos de aposentadoria de servidores que já completaram o tempo de serviço.

O Banco Central recebeu, nos últimos anos, autorização para a contratação de até 500 desses novos servidores.

Eu gostaria, querido Presidente, de manifestar aqui o meu apoio aos candidatos aprovados que ainda não foram convocados, pois o Banco Central é uma instituição fundamental para garantir a estabilidade econômica do País.

Se V.Exa. puder responder, eu gostaria de saber como anda essa questão e se seria possível darmos uma boa notícia, uma boa nova a essas pessoas que querem ajudar o País e ajudar V.Exa. e o Banco Central a ter cada vez mais excelência na administração.

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer algumas perguntas sobre as operações compromissadas do Banco Central em que são utilizados títulos do Tesouro. É da essência do Banco Central regular a liquidez da economia, com vista a manter a taxa de juro próxima à meta estabelecida pelo COPOM.



Há uma série de detalhes aqui que não vou ler, para ganhar tempo. Vou direto às perguntas. Eu queria saber de V.Exa. por que o Banco Central expandiu tanto a sua venda de títulos ao mercado por meio de operações compromissadas? Isso teria alguma relação com o fato de a equipe econômica anterior não desejar mostrar nas estatísticas públicas um crescimento da dívida do Tesouro? Será que havia essa questão?

Outra questão. Alguns analistas argumentam que uma das formas de contabilidade criativa adotadas até o ano passado consistia em não rolar integralmente a dívida mobiliária vincenda do Tesouro. Com isso, os demonstrativos não apresentavam elevação significativa da dívida. O Tesouro pagava em dinheiro parte da dívida vincenda, e isso aumentava a liquidez da economia e forçava o Banco Central a fazer operações compromissadas.

Na prática, isso significava que o Banco Central tinha assumido o papel de rolar a dívida pública. Os títulos que o Tesouro não vendia acabavam sendo vendidos pelo Banco Central. Por isso eu pergunto: na sua opinião, Sr. Presidente, isso caracteriza financiamento indireto do Banco Central ao Tesouro?

Hoje no Senado, daqui a pouquinho, vamos votar as MPs 664, 665 e 668 como base do nosso Governo, querendo ajudá-lo a cada vez fazer o melhor, com algumas mudanças que já foram feitas. Vamos, portanto, apoiar essas medidas tão difíceis.

Então, seria importante sabermos de V.Exa. se, dada essa situação de forte restrição fiscal, o Tesouro tirava dinheiro para quitar parte da dívida em cash. Eu também queria saber se esse dinheiro não vinha de alguma transação interna entre o Banco Central e o Tesouro.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a perguntar. Eu teria mais algumas questões a fazer, mas sei que precisamos ganhar tempo e sei do compromisso de V.Exa. Quero inclusive parabenizá-lo e trazer o abraço de um formando pela UnB, como V.Exa. Estamos juntos na luta por um Brasil cada vez melhor.

Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Sra. Presidente Rose de Freitas e à Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL do Pará, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sra. Presidente Rose de Freitas, quero primeiro externar meu agradecimento ao Sr. Alexandre Tombini pela presença e pela boa vontade em debater de forma aberta e transparente.

Registro que tenho certa frustração pela nossa dificuldade de tempo, já que há várias atividades sendo realizadas ao mesmo tempo, o que inviabiliza um debate mais profundo sobre questões estratégicas.

Em segundo lugar, eu gostaria de me somar à luta dos concursados do Banco Central. Falo como um paraense que acompanha uma situação realmente perigosa de quase fechamento da sede do Banco Central no meu Estado. Há 2 ou 3 meses, manifestei-me sobre o tema, dizendo que estamos com apenas 59 funcionários, sendo vários em processo de aposentadoria, para cobrir toda a Região Amazônica, mais de 50% do território nacional.

Realmente, não dá para reclamar de pedaladas e, ao mesmo tempo, inviabilizar a ação da autoridade monetária e reguladora do sistema. Sem funcionários qualificados concursados, nem se exerce autoridade nem se consegue trabalhar para um sistema tão complexo, tão abrangente.

Portanto, eu aqui manifesto a necessidade urgente de serem chamados os concursados.

Também quero dizer que propus, num dos debates aqui, o aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido — CSLL. Isso é um passo a ser dado, embora ainda muito tímido. Com a Contribuição em 15%, arrecadam-se em torno de 10 bilhões. Enquanto isso, os bancos tiveram ano passado 80 bilhões de lucro líquido — líquido! Em nenhum país do mundo isso ocorre.

Quando eu vejo um banqueiro reclamando do Lula e da Dilma, lembro que eu tenho direito de reclamar, que o desempregado tem direito de reclamar porque agora perdeu o seguro-desemprego, que o pescador tem direito de reclamar, que a viúva tem direito de reclamar. Se banqueiro reclamar demonstra ingratidão. O Bradesco está com 4 bilhões e pouco de lucro até agora, e não se completou nem meio ano. Então, a CSLL deveria ir para 30, pelo menos, para que os muito ricos paguem por essa crise.

Há uma coisa fundamental. A Argentina teve coragem. O Equador teve coragem, convidou técnicos brasileiros e auditou sua dívida. A nossa Constituição



determina auditoria da nossa dívida pública. Mas por que isso nunca é feito? Por que tanto medo do poder do capital financeiro? A soberania nacional fica sendo constrangida.

Ora, 14,5 bilhões são corroídos em menos de 5 dias, com o pagamento do quase 1,4 trilhão da dívida pública. Então, por que fazer essa crueldade contra desempregados, pescadores e viúvas? Para economizar 14,5 bilhões de reais e manter uma dívida impagável, cujos títulos chegam a 70% de ágio? Essa é uma coisa inacreditável. Nenhum economista, nenhum matemático, nenhum menino que estuda aritmética pode concordar que seja justo tirar dos muito pobres e, por exemplo, pagar títulos da dívida pública, com até 70% de ágio.

Infelizmente, não dá para eu continuar, porque sei que seria antipático e inviável. Mas apresento esses temas para dizer que há soluções outras, que não o caminho que está sendo trilhado pelo Governo. Infelizmente, há outras questões importantes como o combate à inflação, uma inflação que é baseada principalmente não na demanda aquecida, mas nos preços do alimento, por conta da crise climática, mas também os preços administrados pelo próprio Estado. E, na verdade, quem acaba pagando o pato novamente são os pobres.

Foi falado aqui em produção, e concluo com isto: não haverá aumento da produção industrial e, portanto, a economia tende a entrar numa recessão profunda. Parece-me que a Presidente Dilma está dando uma orientação, porque ela tem consciência do que está sendo feito. Inclusive, o Banco Central obedece a uma orientação de uma política econômica e está colocando a corda no próprio pescoço. Nós sabemos que a crise se aprofundará com a recessão, com as indústrias fechando postos, o desemprego aumentando e a crise social se aprofundando, porque até os benefícios sociais foram reduzidos, com os pacotes de maldade.

Infelizmente, há outras questões a apresentar...

Eu me expresso assim de forma emocionada, Presidente, não se sinta de forma alguma... Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Sei do seu profissionalismo, sei que é um homem de carreira, sei, no entanto, que há uma orientação. Acho que alguém tem de falar, tem de mudar o rumo dessa prosa, porque o Brasil não pode afundar.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Kaefer, do PSDB.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, tenho uma série de indagações a lhe fazer, mas vou resumir, senão a Senadora Rose de Freitas pega no meu pé.

Quero voltar à situação da SELIC versus inflação, no momento em que não temos inflação de demanda. Trata-se de uma inflação por preços administrados. Muito pelo contrário, os preços estão começando a refrear, não por conta de taxas de juros, da taxa SELIC, mas porque a demanda está caindo. A crise econômica e o desemprego estão chegando, então há o recrudescimento disso.

Por que aumentar mais a taxa SELIC e qual será o impacto disso no mercado de cartão, de taxas de juros, dos juros do comércio e assim por diante? Esta é uma questão.

Segunda pergunta: tenho uma bronca, há muito tempo, com o tamanho da nossa reserva internacional e pela forma como ela é administrada. Nós temos 400 bilhões de reais, para arredondar a conta, de reservas, que nos remuneram a 1% de juros ao ano, enquanto, na verdade, não temos reserva líquida, não temos aqui resultado que não seja proporcionado por endividamento e por emissão de títulos, que nos custam taxa SELIC. Considerando que temos uma dívida de 2,5 trilhões de reais e que as reservas dão quase a metade desse valor, por que esse montante? Não poderíamos ter metade desse valor em reservas? Com a aplicação de 200 bilhões de dólares no tesouro americano, num convênio, será que não teríamos a possibilidade até de um cheque especial nos organismos internacionais, para se, eventualmente, precisarmos de mais recursos em dólares, nós os tenhamos? Por que onerar esse custo, com esse diferencial?

Outra pergunta: qual é o impacto que o senhor considera que terá o aumento em 5 pontos da CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos? Que freio o Banco Central tem, ou o sistema tem, para não transferir isso efetivamente para o consumidor, através de aumento de tarifa, taxas e assim por diante?



Eu queria que o senhor abordasse também o caso do HSBC, que está indo embora. Como disse o nosso colega Deputado Evair de Melo, qual é o impacto da concentração bancária cada vez maior que nós temos no Brasil?

Vamos falar dos depósitos compulsórios. No momento de crise e voltando a inflação de demanda, que não existe, não há impacto em cima de depósito compulsório, que é um mecanismo para você retirar meio circulante.

E eu queria falar sobre o estresse do sistema. Nós aprovamos aqui na MP 608, de 2013, uma regra da Basileia, com a qual nós trouxemos créditos presumidos de resultados... Fugiu-me o termo agora. Isso conseguiu contrabalançar muito bem o sistema para equilibrar na Basileia. Como está hoje e que nível de informação nós temos com a inadimplência?

O senhor disse aqui que o Banco Central — e de fato teria que ser — é o guardião da moeda e o controlador do sistema financeiro. Como está essa situação hoje?

Tenho uma pergunta para senhor sobre o seguinte: nós temos no Senado uma proposta de independência do Banco Central. Eu estou ansioso para que o Senado a aprove e para que a Câmara também possa debatê-la. Eu gostaria muito de participar dessa discussão. Sou um defensor do Banco Central independente. Como o senhor analisa a autonomia do Banco Central, com essa situação em que a Fazenda e a própria dita “pedalada fiscal” mostraram que o nosso Banco Central não é tão autônomo, como deveria ser — independente não é, por circunstância legal —, e é influenciado sim pelo Poder Executivo.

Seriam essas as minhas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra a Deputada Geovania de Sá, do PSDB de Santa Catariana.

A SRA. DEPUTADA GEOVANIA DE SÁ - Boa tarde, Presidente Rose. Parabéns por este momento aqui, com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A minha pergunta vai ao encontro do que o Senador Hélio José trouxe há poucos instantes, referente aos concursados do Banco Central. Na semana passada, Presidente, nós realizamos uma audiência pública que tratou exatamente da situação dos concursados que realizaram o concurso em 2013. A Lei nº 9.650, de



1998, dispõe sobre o quadro de servidores do Banco Central e estabelece a necessidade de 6.470 especialistas. Observa-se que, atualmente, estão em atividade 4.041 servidores. E a perspectiva, em 2015, é de 700 aposentadorias. A nossa grande preocupação é com a defasagem de, aproximadamente, 40% do quadro. E dos 1.035 concursados que já foram capacitados, um grande investimento, somente 350 foram chamados.

Na semana passada, o Aviso nº 49, de 2015, do Banco Central, emitido pelo Presidente, solicita a nomeação de mais 458 concursados. O que nós queremos saber aqui é qual a expectativa de ser atendido esse quantitativo solicitado ao Ministério do Planejamento. O Ministro esteve em nossa audiência pública e não nos respondeu, assim como a Casa Civil, infelizmente.

Lembro também que houve um concurso de auditores fiscais da Receita Federal, e a Presidente da República já encaminhou a nomeação das vagas e mais 50% do restante.

Então, nós queremos saber do Banco Central qual é a expectativa de serem chamados os concursados?

Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Passo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sr. Presidente Tombini, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, o que aflige todos nós, toda a população do nosso País, neste momento, é exatamente o momento da nossa economia e a questão do ajuste que nós votamos recentemente aqui, na Câmara dos Deputados, e que está sendo votado agora no Senado Federal.

Vejo como importante, neste momento em que se fala de ajuste, verificarmos experiências outras de ajustes em nosso País que tenham sido exitosas. Se formos olhar, por exemplo, para 2003 — e aí eu queria pegar esse parâmetro — o Presidente Lula assumiu o nosso País em uma situação econômica complexa, complicada. E, ao contrário do que se esperava naquele momento, ele fez um ajuste.

Naquele momento, o Risco País estava na casa dos 1.460 pontos, nós tínhamos uma taxa de câmbio em crescimento; nós tínhamos uma entrada líquida



de capital externo em queda; nós tínhamos reservas internacionais de 37,8 bilhões de dólares, sendo que 20,8 bilhões de dólares eram do FMI. Hoje, nós temos as reservas internacionais, segundo dados do próprio Banco Central do dia 25 de maio, de 372,1 bilhões de dólares.

Nós tínhamos uma dívida líquida do setor público em 60,6%, a inflação em 12,5%, os juros a 24% e o desemprego na casa dos 12%. Então, naquele momento, inclusive, foi feita a chamada “reforma da Previdência”, e as consequências daquele ajuste que foi feito inicialmente pelo Presidente Lula todos conhecem: pagamos o FMI. Para além disso, nós nos tornarmos credores do FMI e pudemos passar, a partir daquele momento, para um importante ciclo de desenvolvimento, eu diria que para uma fase gloriosa de crescimento econômico com inclusão social, fortalecimento dos investimentos e das políticas públicas como um todo.

Eu queria que o senhor, na condição de autoridade econômica do nosso País, fizesse um parâmetro dessas duas situações, do cenário de 2003 e do cenário atual. E a pergunta que eu faço é exatamente neste sentido: quais são as perspectivas de que isso venha a acontecer novamente? Todos nós estamos esperando que o atual ajuste dê resultado, aliás, votamos para isso.

É um momento em que o trabalhador, aliás, todo mundo, de alguma maneira, vai pagar a conta. Agora, a Presidenta anuncia a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos o Imposto sobre Grandes Fortunas e sobre heranças, também. Mas eu queria saber se a perspectiva é a mesma, de que possamos, pós-ajuste, ter um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, quero aqui reforçar a palavra da minha colega Deputada Geovania de Sá e também do meu colega Senador Hélio José, com relação à questão do concurso, para que possamos reforçar o time, que talvez esteja deixando de cumprir as suas obrigações por falta de pessoal. Eu acho muito estranho o Banco Central não ter



acompanhado as pedaladas e os empréstimos da Caixa Econômica para o Tesouro e não ter tomado nenhuma providência.

Acho também estranho, durante tantos anos, não ter controlado as atividades do BNDES, especialmente em face dos grandes tomadores de empréstimos. Ou seja, não agiu preventiva e muito menos posteriormente.

Agora, a pergunta que faço: eu estive, recentemente, em Curitiba, e ouvimos lá a doleira Nelma Kodama, que estava revoltada por ter recebido 18 anos de prisão. Ela só fez 900 operações de importação e exportação e pegou 18 anos. O Leonardo Meirelles, que é da Labogen, fez mais de 3.900 operações de importação e exportação e câmbio, com empresas, coisas fictícias, e jamais teve problemas e não recebeu nenhuma penalidade até agora. São bilhões e bilhões de importações e exportações fictícias. Ao responder a indagação que fiz, ela disse o seguinte: “*O Banco Central não tem controle disso*”. Eu me lembra — muitos anos atrás, alguém me falou, não sei onde eu ouvi isso — de que o Banco do Brasil tinha certo controle disso.

Eu fui pesquisar, durante a audiência pública dos depoimentos, e verifiquei que, em 2006, quando começaram as operações maiores da PETROBRAS, veio para esta Casa uma MP — se não me engano, a Medida Provisória nº 615, de 2006 —, flexibilizando a questão da importação e da exportação, que foi transformada em lei aqui.

Inclusive, ela chegou a dizer, em relação à questão do COAF — nós perguntamos como, com um volume desses de desvio de recursos e de movimentação de contas bancárias, o COAF não toma nenhuma providência —, ela disse simplesmente que um gerente qualquer do Banco do Brasil — ela citou o nome dele, Raul não sei das quantas — e mais um operador de câmbio bastavam para justificar qualquer operação, dizendo que estava o.k., e morria o assunto. Ninguém fiscalizava.

Portanto, eu pergunto a V.Exa. que providências estão sendo tomadas. O que o Banco Central está fazendo, em termos de fiscalização das operações? V.Sa. acabou de dizer que são milhões e milhões em operações. Mas algum mecanismo tem que haver de controle, senão, não tem sentido — não é? São 4 mil operações



de empresas fictícias que sequer receberam qualquer produto de exportação e importação! É uma coisa maluca, no Brasil, não haver esse tipo de controle.

Então essas eram as minhas indagações, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Hauly, do PSDB do Paraná.

Em seguida, para encerrar, falará o Deputado Expedito Netto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sra. Presidente Rose de Freitas, Srs. Presidentes das outras Comissões, Sr. Ministro Tombini, Srs. Diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava revendo o artigo do ex-Ministro e ex-Deputado Antônio Delfim Netto de hoje, intitulado: *O furo é mais embaixo*.

Analiso, olhando abaixo do artigo o retrato do País: o crescimento do PIB, negativo; o crescimento da produção industrial, negativo; a taxa de inflação, ascendente — 8,3%; o déficit em conta corrente, 3,9% projetado; a dívida bruta, 63%; a taxa de juro real, 5,5%; o superávit primário, 1,2%; o déficit nominal, 8%; a balança comercial, 6,7%; os juros da dívida 9,2%; a balança de industrializados em negativos 61%; o crescimento do PIB mundial, 3,4%.

O mundo já se recuperou, e nós continuamos patinando. E o fator que o Ministro Delfim coloca é o seguinte: foi todo o sacrifício pela reeleição a qualquer custo. E sacrificou-se o ajuste fiscal.

Mas, de qualquer maneira, Sr. Ministro e Srs. Diretores, em relação ao ajuste fiscal, a minha experiência — 24 anos aqui no Congresso Nacional, vendo vários planos econômicos, um pouco antes, como Secretário da Fazenda, quando participei da Assembleia Constituinte, e da tragédia também dos Planos Collor 1 e 2 e dos Planos Sarney — diz que esgotou. Não há mais possibilidade de continuarmos com o ajuste e de remendo em remendo.

As reformas fatiadas do Ministro Mantega não deram certo. O Governo vai colher o ajuste fiscal que está sendo discutido agora, no Senado, e ainda tem um pedaço aqui, na Câmara dos Deputados. Mas confesso, na minha experiência, que somente reformas profundas, estruturais, poderão nos tirar desta situação de desequilíbrio, do déficit das contas públicas, da conta corrente, da balança de pagamento, da balança comercial, da desindustrialização do País, da volta da



inflação, do desemprego. Com o aumento dos impostos e das contribuições, diminui mais o poder aquisitivo. Não adianta: vai tirar dinheiro de banco, vai para os juros, e o cidadão é quem vai pagar.

O cidadão não tem mais capacidade de endividamento. Esgotou-se a capacidade de endividamento. A carga tributária brasileira, para o trabalhador que recebe até dois salários mínimos, é a mais alta do mundo: 53,9%, segundo o IPEA. A taxa de juros para o cidadão trabalhador também é a mais alta do mundo.

Então, nesse contexto, Sr. Ministro, eu não quero... O Banco Central, na minha opinião, nunca deverá ser autônomo. Nunca! O Banco Central tem que ser ligado ao Governo. Essa coisa de Banco Central autônomo é bom para banqueiro, mas não é bom para o País.

E, se for para trabalhar as reformas, nós estamos aqui para trabalhar as reformas. Remendo, nós não demos apoio e não queremos dar apoio para remendo, Senadora Rose de Freitas. Queremos mudanças estruturais. Para fazer mudanças, a Presidenta Dilma tem que chamar um pacto nacional, um entendimento nacional. Os Prefeitos estão aí; os Governadores, na semana passada. No final do ano, Prefeitos não terão dinheiro para a folha de pagamento. Não há solidariedade com nenhum Prefeito e Governador por parte do Governo. Não estou falando do Banco Central, estou falando do Executivo. O Executivo tem fugido. Tanto que estão aí 2 mil, 3 mil Prefeitos, não sei quantos.

Então, a situação é dramática. Não tem dinheiro para o FIES, não tem dinheiro para as embaixadas no exterior, não tem para o Seguro Rural, não tem dinheiro para isso e para aquilo. E o Banco Central tem essa imensa responsabilidade, que não é dele, que é o ajuste fiscal. Então, se o Governo não cumpre com a sua parte, como é que pode ser o guardião da moeda e do crédito do País?

Então, deixo aqui a preocupação, a crítica, mas também a grande preocupação com a necessidade imperiosa de reforma do País. Nossa País precisa de reforma, Senadora Rose de Freitas, senão vai ficar cada vez pior. Não adianta essa situação de que todos falam aqui, e esse problema vai persistir.

Não invejo a posição dos diretores do Banco Central neste momento de crise. E não invejo nenhum Governador, nenhum Prefeito, nenhum Secretário de Finanças



Municipal ou Estadual, e nem os dois Ministros, o da Fazenda e do Planejamento, porque a situação, realmente, é mais difícil. Vocês são, hoje, o alvo realmente da atenção do País, para solucionar algo que vem já remontando de problemas e problemas. Desde a Constituição de 1988, esse Estado brasileiro não cabe mais dentro do que tem aqui. É preciso fazer uma revisão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra, para encerrar, o Deputado Expedito Netto, do Solidariedade.

O SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO - Em nome da Senadora Rose de Freitas, da Exma. Senadora Presidente desta Comissão, eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes.

Sr. Presidente do Banco Central, nesta Casa nós trabalhamos para quem realmente trabalha para o futuro do nosso País, pessoas em que nós podemos investir. Essas pessoas são os trabalhadores, Sr. Presidente, é esse povo que nós defendemos nesta Casa.

Apesar de a economia brasileira estar praticamente estagnada, mas com a inflação ainda resistente, o Banco Central tem aumentado seguidamente as taxas de juros. Em sua visão, essa política está correta, já que atinge diretamente a vida do trabalhador? Além do corte anunciado pelo Governo, no Orçamento, quais são as medidas que o Governo pretende tomar para não atingir ainda mais o bolso do trabalhador? Se tem alguém que nós temos que defender, esse alguém é o trabalhador, Sr. Presidente. E nós precisamos de medidas já, em defesa do trabalhador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Com a palavra o Presidente do Banco Central. Muitas perguntas, não é, Presidente? Vai ter que usar o poder da memória escrita aí.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Sra. Presidenta. Enfim, vou tentar ser sucinto nas respostas, por questão de tempo, também.

Vou começar pela ordem. O Deputado Julio Lopes fez duas ou três indagações. A primeira, em relação a se o Banco Central não regula a Caixa Econômica Federal. Naturalmente, regula. O que eu mencionava é que na metodologia que nós adotamos desde 1991, o conceito de abaixo da linha é a



variação de ativos e passivos do setor público não financeiro. — a Caixa é fora; Governo, dentro. A relação desse setor público não financeiro, o Governo, com o Sistema Financeiro, incluindo os bancos públicos. Então, nessa relação, certamente, a Caixa Econômica está no rol, digamos, das operações que, no abaixo da linha, vão ser computadas para efeito do resultado primário e da dívida pública.

Em relação à questão de uma contradição entre compulsório e liberação de compulsório, acho que V.Exa. está correto, na minha avaliação. Enfim, não deve haver essa contradição, ainda que políticas sejam acionadas. Mas eu acho que é uma boa prática que não haja contradição nas políticas, por exemplo, no combate à inflação. Eu acho que V.Exa. se referia a isso.

Em relação às indagações do Deputado Benito Gama, ele mencionava a questão que eu disse aqui, que o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% em dezembro de 2016. É nisso que nós estamos focados no momento. E ele... Confusão em relação a 2018. Em 2018... A expectativa do mercado para 2018 está em 4,7%. Não é a nossa projeção, nós não temos projeção tão longa assim. Eu estava me referindo à expectativa do mercado, que está em 4,7%, pela coleta que nós fazemos toda semana, e, para 2019, já está em 4,5 %. É a isso que eu me referia. Mas o nosso compromisso é trazer a inflação para o centro da meta de 4,5%, em dezembro de 2016, e o mercado, nesse caso, ainda está com a expectativa de inflação em 5,5%, para dezembro de 2016.

As principais rubricas, eu mencionava, do resultado de 25 bilhões, são aí juros com operações com títulos, enfim, é a grande rubrica, e outras receitas e despesas financeiras, que têm aí, operações de equalização, enfim, têm essas duas rubricas, para atender às indagações do Deputado Benito Gama.

Em relação ao déficit de pessoal, a que se referia o Deputado Pauderney Avelino, eu já mencionei que, dentro do envelope orçamentário e também de pessoal, nós estamos priorizando as ações de fiscalização, de maneira que não haja comprometimento do trabalho nessa área, assim como nas outras. Certamente, essa é uma área prioritária do Banco Central. Nós estamos fazendo gestão em relação aos concursos, preocupação de vários Senadores, Hélio José, e de Deputados, Izalci e Deputada Geovania. Em relação aos concursos, estamos fazendo gestão para ter o máximo de contingente possível, ainda em relação ao



concurso de 2013. V.Exas. mencionaram, inclusive, gestões que nós temos feito nesse sentido.

Os números são um pouco diferentes, talvez, em relação ao potencial de aposentadoria, mas são números expressivos. Há uma preocupação.

Eu vou voltar às questões, mas é porque eu estava, em resposta ao Deputado Pauderney Avelino, já entrando na questão do pessoal.

Guardião da moeda, Inflação convergindo neste ano... Bom, enfim, já mencionei aqui, anteriormente, o choque de preços relativos que estamos vivendo no momento, e, enfim, o que o trabalho do Banco Central está objetivando. Está objetivando trazer a inflação para 4,5%, em dezembro de 2016, de maneira a conter os efeitos, digamos, secundários desses ajustes de tarifas e também do preço internacional do dólar, que tem se valorizado aí no mundo. Então, contendo os desdobramentos inflacionários desses dois grandes ajustes, para trazer a inflação a 4,5%, em dezembro de 2016.

Endividamento das pessoas físicas, Sistema Financeiro de Habitação, enfim... Já mencionei anteriormente, em resposta a outro Parlamentar. Quero dizer que esse é um segmento importante da economia. Nós acompanhamos, estamos avaliando o desenrolar dos acontecimentos na área do setor de construção, na área do setor de habitação.

O mais, dando sequência, o Deputado Evair de Melo perguntou em relação ao fato de que estamos fazendo ajustes, o que aconteceu, enfim, em relação à economia brasileira. Perguntou também sobre a posição do Banco Central relativa ao Ato Cooperativo e também aos bancos estaduais e HSBC. Enfim, o que eu mencionava... Nós temos aqui... Na apresentação que eu passei para V.Exas., tem um gráfico que mostra que o Brasil cresceu 20% desde janeiro de 2008, ou seja, saiu rapidamente da crise. Desde 2011, 2012 também, com os preços internacionais das *commodities* declinando, o nosso crescimento desacelerou. Mas, no conjunto do pós-crise financeira global, maior crise dos últimos 80 anos, o Brasil cresceu 20%. Nós precisamos, agora, reequilibrar. Eu acho que a questão dos fluxos fiscais é muito importante para retomar a confiança e criar base para um crescimento sustentável à frente.



Então, acho que esse é um processo... Nós saímos rapidamente da crise, 2008, 2009. Os países do G-20, todos adotaram políticas contracíclicas. A economia cresceu bastante; entra um declínio dos preços da *commodities* depois de 2011. O crescimento desacelera bastante, nós também tínhamos excesso de crescimento de crédito. Colocamos algumas medidas na área macroprudencial, reduzimos a evolução no crédito doméstico, para evitar problemas maiores à frente, que eu creio que evitamos. E os estímulos que foram concedidos, ali, a partir de 2012, 2013, não produziram os efeitos de crescimento, de maneira que esses estímulos na área fiscal reduziram os fluxos fiscais. Neste momento, esses fluxos precisam ser reestabelecidos nessa área. Então, eu acho que é onde nós estamos, hoje, no conjunto das políticas macro.

O Banco Central tem dado uma grande atenção ao setor de cooperativismo de crédito. V.Exa. deve ter conhecimento das iniciativas do Banco Central. Enfim, é um setor que recicla poupança local, é importante, foi bem na crise. Nós achamos que tem crescido, apesar de inúmeras cooperativas não estarem expandindo. Estão até consolidando, mas o número de cooperativados tem crescido, os ativos sob administração têm expandido de forma expressiva. É algo importante.

O Ato Cooperativo é uma questão tributária. Não temos opinião a respeito. Isto é com a área fazendária do Governo.

Em relação aos bancos estaduais, o Banco Central acompanha, como os outros bancos. Enfim, nesse caso em que há uma rotação de 4, ou de 8 em 8 anos, é importante que essas administrações se pautem pela prudência. Assim como qualquer outra instituição financeira, nesse caso também é assim. Nós acompanhamos com rigor a evolução desse tipo de instituição também.

Eu acho que a questão do banco estrangeiro, que V.Exa. mencionou, está aí, houve já uma divulgação, um anúncio público do controlador, do controle do HSBC, sobre o interesse de alternativas para a filial brasileira, ou, no caso, a subsidiária integral brasileira. Enfim, é uma questão, até o momento, de cunho privado. Não temos nenhuma informação que V.Exas. não tenham em relação a esse assunto. Naturalmente, se algo ocorrer nesse caso, haverá uma notificação imediata ao Banco Central, que avaliará, sob os aspectos societários e da concorrência, algum



negócio eventualmente proposto no caso dessa entidade financeira que V.Exa. está mencionando.

Não sei se foi V.Exa., mas alguém perguntou sobre a concentração. Obviamente que... Bom, enfim, foi perguntado anteriormente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, sim, Deputado. Bom, já adentrando esse assunto, porque eu acho que é a mesma instituição a que V.Exa. se referia, naturalmente, não há nada de concreto, que nós saibamos. Naturalmente, quando houver, se houver, o Banco Central tem que ser acionado para avaliar, entre outras coisas, as condições de concorrência. Nesse caso, enfim, essa avaliação seria realizada, e obviamente que o Banco Central tem instrumentos mitigadores dos efeitos da concentração sobre a concorrência, que... Enfim, é difícil falar sobre um caso hipotético, não existe nada, mas, numa situação concreta, seriam acionados.

O Deputado Edinho Bez também falou, referiu-se a um convite. A minha assessoria mencionou que esse convite... O Banco Central não foi notificado a respeito desse convite para a CFFC, para tratar do assunto taxa de juros, que eles mencionaram. Certamente, eu não tinha conhecimento disso, agora tenho. E essa notificação, chegando ou não chegando, nós vamos tomar as providências para que seja atendido esse pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Eu falava do crédito rotativo, do cartão de crédito. Naturalmente crédito rotativo possui taxa elevada. Só queria lembrar que, no Brasil, nós temos também outra instituição neste mercado de cartões de crédito, que se refere ao pagamento parcelado sem juros. Então, quando colocam todas essas taxas do crédito rotativo, que são elevadas, mas, no parcelado sem juros, a taxa de juros do conjunto do cartão de crédito é elevada, porém em linha com as outras modalidades do crédito pessoal. Não é muito diferente. Mas é algo que estamos sempre olhando, e certamente teremos que nos debruçar sobre esse assunto no futuro.

A questão da Receita Federal passo às autoridades, a questão que o Deputado Edinho Bez fez em relação ao aceite em dação de pagamento de bens imobiliários para dívidas tributárias, imagino. O Senador Hélio José mencionou a questão do concurso. Então, estamos fazendo gestão para ter o máximo possível,



dentro desse prazo de setembro de 2005. Agradeço a preocupação dos Parlamentares com o quadro de funcionários do Banco Central do Brasil.

Em relação a operações compromissadas, eu queria esclarecer que são operações estritamente de controle da liquidez. Nós temos no Brasil uma liquidez ampla — isso não é de hoje, é de muito tempo —, liquidez com prazos curtos. Em relação à operação compromissada, V.Exa. mencionou que o Tesouro, enfim, deixa vencer, e nós, por questão até de controle da taxa de juros, fazemos o enxugamento da liquidez. Primeiro, os títulos que estão em nossa carteira não são de nossa emissão, são de emissão do Tesouro. Estão orçados na dívida mobiliária do Tesouro. Quando esse título está dentro do Banco Central, como o Banco Central faz parte do setor público, ele consolida. Então, esse título não está sensibilizando a Dívida Bruta do Governo Geral, digamos assim. Quando ele, no seu exemplo, deixa de colocar lá ou rola menos de 100% do que está vencendo, esse dinheiro vai para o mercado, o Banco Central pega título da carteira que o Tesouro colocou lá, que está orçado lá atrás, na dívida mobiliária do Tesouro. Quando ele coloca para enxugar essa liquidez no mercado, numa operação compromissada, esse título que lastreou essa entrada de recursos no Banco Central, que está agora em poder do público, ele automaticamente entra na Dívida Bruta do Governo Geral, ou seja, não ganha nada. Não iria fazer isso para não ganhar nada, não existe nenhum benefício do ponto de vista das estatísticas, nada disso. Então, exatamente esse é um instrumento de controle da liquidez que o Banco Central...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, mas está em torno de 1 trilhão, e 2% de aumento nas últimas decisões implicam, pelo menos, 66 bilhões de perda.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Mas 2 trilhões cá ou lá dão no mesmo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, tira-se dos pobres e endivida-se o País em nome da superação da crise. É assim uma coisa incompreensível.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Naturalmente, se o mercado estivesse disposto a financiar o Governo a taxas menores, o Governo aproveitaria essas taxas menores.



Há também questões do Deputado Edmilson Rodrigues em relação à Regional de Belém. Nós temos várias áreas do Banco Central atuantes na Regional de Belém, entre elas a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania, que está lá presente. Nós temos multiplicadores lá nessa Regional. Nós temos fiscalização também ali. Nós temos uma gerência técnica. Nós temos Meio Circulante. E nós temos também o Departamento Econômico, e o chefe da área econômica já participou de reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Essas nossas reuniões são de 6 em 6 semanas.

Entendo a sua preocupação. É preocupação nossa também de manter a prioridade. Demos prioridade também, neste último concurso, na alocação de funcionários, contingente proporcional à Regional, mas demos prioridade na alocação à Regional de Belém.

O Deputado Alfredo Kaefer fez uma relação entre SELIC e inflação, dizendo que a inflação é de preço administrado, que não se deveria aumentar a SELIC, que o tamanho das nossas reservas internacionais é excessivo para a remuneração, e pergunta se não seria o caso de pegar o cheque especial nos organismos internacionais, como no passado, enfim; impacto da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que tipo de atitude poderíamos ter; a questão do HSBC, que eu já mencionei, e a questão de Basileia em relação à situação da inadimplência.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O sistema propriamente dito, a solidez.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A solidez do sistema, muito bem. Então, começando pela solidez do sistema, o sistema está nas nossas apresentações aqui. Em comparações internacionais, o nosso sistema é bem capitalizado, bem provisionado. Na Lâmina 52, está lá o Índice de Basileia. Esse é o último dado disponível numa comparação internacional. São dados do FMI, logo uma fonte externa. O Brasil está com 16,7; Alemanha, com 18, em termos de Índice de Basileia. Em relação a provisões para inadimplência sobre o capital, o nosso está em 11%, é o maior deles. No que tange a ativos líquidos sobre passivo de curto prazo, de acordo com esses dados do FMI, o Brasil está bem posicionado, do ponto de vista da capacidade do sistema, para absorver choques e riscos. Eu acho que é



algo que nós... Obviamente V.Exa. não precisa se preocupar, desde que nós nos preocupemos no Banco Central, como sempre.

O tamanho das nossas reservas, isso é como um seguro. Eu acho que essa conta tem que ser ajustada, porque uma coisa é remuneração em moeda local a 12%, 13%, e uma remuneração em dólar a 1%. Obviamente que, se for converter para a mesma moeda, talvez a diferença não seja tanta, mas esse é um aspecto importante. Inclusive, o *swap* serve um pouco para mitigar, é um *hedge* nas reservas, porque, quando o real se desvaloriza, o balanço do Banco Central aumenta, e aí no caso, no *hedge*, você dá proteção para o setor privado. Quando o real se valoriza, o valor do ativo no balanço do Banco Central encolhe em reais, mas, pelo *swap*, um terço da reserva nós recebemos do setor privado. Então, é um aspecto sem dúvida relevante, mas eu acho que o nosso nível de reserva, em torno de 15% do PIB, está num intervalo intermediário em relação aos demais países. Mas é um colchão importante. Eu acho que dá certa tranquilidade para o País.

Em relação à inflação, o que eu tenho dito aqui é que existe esse preço administrável, sim. A inflação e a valorização do dólar são fenômenos que estão acontecendo. Um é local e o outro, global, e estão acontecendo mais ou menos ao mesmo tempo, de maneira que a política monetária entra para conter as consequências desse efeito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Bem, enfim, ela aumentou. Bom, se não fizesse sentido, em nossa opinião, não teria sido elevada. Então, é um instrumento forte, mas necessário neste momento, enfim, para conter justamente isso, para que esses preços relativos ajudem a economia ali na frente, para que os sinalizadores, em termos de preços públicos, sejam mais precisos para alocação de recursos, para o setor privado poder investir ali na frente e ter uma clareza maior em relação a esses preços.

Por outro lado, a valorização do dólar tem esse desdobramento, o repasse cambial para dentro da inflação doméstica, e nós temos que conter isso, de maneira que a depreciação — e V.Exa. conhece bem essa matéria — seja real e não nominal, ou seja, se o dólar se fortalece e o real se enfraquece, que a inflação não



tire essa competitividade do produto nacional com a outra mão. Então, por isso, nós temos que conter a inflação. É esse o trabalho do Banco Central nesse momento.

Bem, em relação à autonomia, acho que o Banco Central não consegue operar um dia sem autonomia operacional. Em relação a questões de organização institucional, de independência, acho que o Parlamento é quem melhor dirá, o resto do Governo também. Enfim, o Governo com a sua orientação. Mas em relação ao Banco Central, aqui foi dito: sem autonomia, você não consegue operar um dia o Banco Central. Certamente, eu não estaria à frente do Banco Central se não tivesse autonomia operacional, o que é muito diferente de independência e de autonomia de júri na lei. Mas é importante, senão não se consegue tocar uma instituição da complexidade do Banco Central, com supervisão, enfim, com uma série de responsabilidades.

A Deputada Geovania de Sá, a questão do Banco Central eu já mencionei. O Deputado Leo de Brito mencionava a experiência de 2003, agora. Eu acho que tem algum paralelo, sim. A situação lá era bastante mais dramática, no meu entendimento, em relação ao próprio ambiente internacional. Apesar de estarmos vindo da maior crise dos últimos oitenta anos, já se passaram oito, nove anos, e a economia nesse período pós-crise cresceu 20%, atingiu um platô. Agora, precisa — digamos — reorganizar-se macroeconomicamente para dar outro salto ali na frente. Tem fontes de crescimento à vista, infraestrutura, uma série de questões nas quais eu não vou entrar aqui, mas nós precisamos reequilibrar o macro, o fiscal e o particular, ancorar a inflação na meta.

O que nós estamos vendo no mundo é que, apesar dos falsos positivos de recuperação, de retorno à normalidade, parece que agora mais áreas estão tendo um crescimento maior. Aproxima-se o período de normalização da política monetária nos Estados Unidos. Perguntavam-me se isso era bom para o Brasil ou não. Acho que há os riscos de transição, mas se estão apertando a política, ou se vão apertar, é porque lá a economia subjacente está ganhando velocidade, está ganhando fôlego. Isso ajuda o comércio internacional. É um parceiro importante. Está na região. Acho que, ajustando a nossa política macroeconômica, ancorando bem a inflação, iniciando esse processo de ajuste nos Estados Unidos, nós passamos bem, se estivermos preparados. Estamos nos preparando para isso.



Ali, na frente, você vai ter um quadro internacional melhor do ponto de vista de crescimento, crescimento da economia global, crescimento do comércio. Nós vamos estar mais preparados para isso, para pegar daqueles 20% que acumulamos desde janeiro de 2008 e retomarmos aí um crescimento econômico sustentável à frente. Acho que é imperativo fazer esse ajuste agora, senão nós vamos patinar 4 anos ou mais nesse processo.

Deputado Izalci, também já respondi à questão...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só não entendi a resposta. Vai chamar ou não vai chamar? Eu não entendi.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não sou eu que chamo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas está prevista alguma decisão?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Se depender de mim, eu chamo todo mundo. Há uma restrição orçamentária. O envelope encolheu. Nós estamos fazendo a gestão, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem nenhuma previsão de chamar agora, na prática?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu quero que seja o máximo possível dentro da...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem decide é o Planejamento? Não é isso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - A política de funcionalismo quem que defende?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não sei. Eu estou perguntando a V.Exa. Eu não sei como está o andamento. Eu gostaria de passar para os interessados é: qual o posicionamento do Governo, seja Banco Central, seja Planejamento, seja Fazenda? Qual é o tratamento? Qual é a expectativa? Qual é a previsão, se existe, para que eles possam planejar a sua vida também? Vão fazer outro concurso?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central está fazendo gestão para ter o máximo possível de funcionários desse concurso de 2013.

O Deputado Luiz Carlos Hauly...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não fiz só essa pergunta, não. Fiz várias perguntas.



O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Ah, fez várias perguntas. Deixe-me ver aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão da Kodama, lá do doleiro. Eu fiz várias perguntas.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - De fato. Em relação ao BNDES era...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em relação ao BNDES é sobre todas essas operações aí, esse sigilo todo e ninguém sabe de nada. O Banco Central também acho que não acompanhou isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação ao sigilo, a Lei nº 105, a Lei do Sigilo Bancário, define o que é passível de ser compartilhado. Então, essa é uma questão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o Banco Central está fiscalizando, está controlando isso? O sigilo também é para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Banco Central não tem acesso às informações?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não tem sigilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles abrem tudo para o Banco Central?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - O Banco Central é o regulador de todos os bancos, inclusive do BNDES. Não há sigilo contra o regulador.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E, pelo Banco Central, no BNDES está tudo o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Está previsto na Lei 105.

Como está tudo o.k.? O BNDES é sujeito à supervisão, tem uma série de trabalhos sempre em andamento. Enfim, ninguém está o.k., ninguém está fora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas há algum questionamento que o Banco Central fez e que eles não atenderam, ou que está pendente, ou que estão providenciando?



O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Em relação a informações, imagino que não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está tudo o.k. lá?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não, as informações que nós solicitamos a entidades reguladas... nós queremos ter acesso a essas informações. Se não, não podemos supervisionar nem regular uma instituição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas teve acesso às informações e detectou alguma coisa? Eu quero saber isso.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nós temos acesso às informações de todas as entidades reguladas, informações ativas de operações de crédito. Enfim, se é muito, se é pouco, se é para Fulano, Beltrano, isso não interessa. O que interessa é a saúde.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se tem garantia ou não também não interessa?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - As garantias estão todas o.k.?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Isso interessa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Fribol, por exemplo, a...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Eike Batista, por exemplo. Eike Batista é um exemplo, o Banco Central detectou alguma questão do financiamento do Eike Batista com relação ao BNDES?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu não vou fazer comentários sobre...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou dando um exemplo.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Sim. É óbvio que o Banco Central acompanha.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria, desculpe, Sr. Presidente do Banco Central, Deputado Izalci...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente Rose, não adianta eu perguntar nada. ele não responde nada! Para quem eu vou perguntar?

Com relação à Kodama, as operações...



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu vou permitir que ele conclua as respostas, mas quero ponderar pelo bom senso aqui. O senhor faz a pergunta, ele responde, e nós não ficarmos nesse bate-bola, alguém empurrando alguém na parede, porque o esclarecimento é fundamental. Para o senhor...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei, Presidente, é só a resposta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ele dará. Eu também quero entender a resposta, mas eu não estou entendendo... É, eu me senti assim também. Portanto, o senhor pergunta e o Presidente responde, por favor.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Obrigado, Presidente. Em relação às operações de prevenção de lavagem de dinheiro, nós temos um sistema hoje reconhecido na área do sistema financeiro nacional, já foi submetido a exames externos por parte do GAFI, o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo no mundo. O sistema segue as melhores práticas internacionais.

Como é esse sistema? O sistema em relação às instituições financeiras reguladas e supervisionadas pelo Banco Central tem que seguir alguns princípios básicos, tem que ter uma estrutura para seguir a questão do conhecimento do cliente. No caso desse cliente levantar algum apontamento, alguma observação das instituições financeiras, deve proceder à comunicação ao órgão central do sistema de prevenção à lavagem de dinheiro, que cuida de vários segmentos, inclusive o sistema financeiro, que é o COAF. Nós acompanhamos não só a regulação. Inclusive ampliamos a lista de operações que deve ser acompanhada pelas instituições financeiras no segmento de combate à lavagem de dinheiro. Ampliamos recentemente o rol de operações para chamar a atenção. Isso está definido. Nós definimos a regulação do Conselho Monetário junto com o Banco Central. Acompanhamos como as instituições estão fazendo a prevenção à lavagem, se elas estão notificando, quais são os controles que elas têm, quais são as listas que elas acompanham. As pessoas politicamente expostas, como V.Exa. e eu, devem ser acompanhadas com uma atenção especial. Então, nós nos certificamos nas nossas avaliações tanto remotas quanto *in loco* se isso está sendo seguido pelas instituições financeiras.



Bom, não é à toa que as instituições financeiras desde a aprovação da lei já fizeram mais de 5 milhões de notificações ao COAF. Só no ano passado foram 800 mil. O sistema está funcionando. Vários dos casos que estão aí... Eu não sei exatamente o caso que V.Exa. mencionou, mas vários entraram nessa rede. Foi feita uma avaliação e foi aprofundada a investigação. O Banco Central não é órgão de investigação. O Banco Central é órgão regulador do sistema financeiro. Então, nós regulamos apenas instituições financeiras, mas neste quesito há de haver um sistema robusto, tem de haver notificação e obviamente, se soubermos de alguma notificação inadequada ou que não houve notificação, no caso, também nós vamos atuar. Nós já atuamos preventivamente e esse sistema funciona. Está certo e está produzindo aí notificações da ordem de quase 1 milhão por ano nesse mercado. Eu estava aqui mencionando que o mercado é ativo, como outros mercados, mercados de títulos, etc, mas mercado cambial aí no Brasil gira a 9 milhões por dia na média, ou seja, 2,2 trilhões por ano de dólares. Há 30 mil operações/dia, que dá um total aí de aproximadamente 7 milhões de operações/ano.

Enfim, a economia é a sétima ou a oitava do mundo e tem relação com os setores... Agora, o sistema é bom, o sistema funciona e tem detectado e tem dado início a várias dessas investigações que V.Exa. certamente conhece.

Enfim, eu acho que era isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu tenho direito a uma replicazinha de 1 minuto ou não, pelo Regimento? Posso usar minha réplica.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Izalci, V.Exa. sabe que já usou e que pode usar mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem, obrigado.

Não, eu só quero dizer que até entendo que o sistema pode estar esperando corretamente. Imagine se não estivesse. O que eu estou dizendo... Talvez não seja do Banco Central isso. Talvez o Banco Central tenha detectado o problema, tenha repassado para outros órgãos e esses órgãos não tenham resolvido o problema. A minha indagação, porque é evidente que eu tenho de perguntar isto aqui, na CPI ou em algum lugar: A Nelma, que é uma doleira, disse a nós — e é por isso que estou colocando a V.Exa., — que existe uma fragilidade na legislação. Tanto é que ela fez 900 operações, mas para a Labogen, através de Leonardo Meirelles, fez 4 mil



operações de importações e exportações, com câmbio, com empresas fictícias e fantasmas. Então, quer dizer, não detectaram as empresas porque eram fantasmas. Não houve operação de fato.

Então, se o Banco Central detectou e cobrou do COAF, que não resolveu a situação, é uma coisa. Agora, se o Banco Central não detectou essas operações realmente o volume é muito grande. E perguntei a V.Exa. sobre a medida provisória que veio para cá, porque, se não me falha a memória, eu sabia que o Banco do Brasil tinha um controle antigamente, e parece que não tem mais. E a partir dessa medida provisória foram flexibilizadas essas operações de câmbio, de importações e exportações.

Seria só esse comentário: se essa legislação que nós aprovamos aqui — aliás, nós não, porque eu não estava aqui —, quando a aprovaram, essa legislação flexibilizou e dificultou esse controle porque realmente o fato existe.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Não. Inclusive, Sra. Presidenta, de 2006 para cá, o número de notificações desse sistema é bastante elevado. Agora, só para um esclarecimento adicional a V.Exa., as instituições financeiras têm corresponsabilidade nessa matéria. Ou seja, um dos princípios basilares da prevenção à lavagem de dinheiro é o conhecimento do cliente. Então, conheça o seu cliente, que é importante. Por exemplo, se uma empresa é contumaz nesse tipo de operação, obviamente a instituição financeira deve ter conhecimento a respeito dessa empresa, deve saber do que se trata. De outra sorte, seria um caso hipotético — tratando-se de um caso hipotético — o Banco Central teria de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Sa. pudesse encaminhar à Comissão aqui ou para algum lugar aqui do Congresso, sobre a questão da Labogen, que fez quase 4 mil de operações que deram quase 4 bilhões de reais. É um valor significativo, quer dizer, deveria ter sido detectado. Se foi detectado, se pudessem mandar para nós ou para a CPI ou para a Comissão Mista de Orçamento, eu agradeceria a S.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Nos termos da lei, o que nós tivermos, poderíamos enviar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Agradeço aos Líderes que aqui conseguiram ficar no final desta reunião, por estarmos já em



processo de votação, pediria ao Senador Hélio José e ao Deputado Valtenir Pereira... Agradeço pelo comparecimento, Sr. Presidente, da sua equipe também, Dr. Alexandre Tombini, Dr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, Luiz Pereira da Silva, da Diretoria de Política Econômica.

Peço ao Deputado e ao Senador que acompanhem V.Sa. até a saída da nossa Casa.

Informo que para amanhã, dia 27 de maio, às 13 horas, está confirmada a reunião de audiência pública com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Nelson Barbosa, em atendimento ao art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, para discussão do Projeto de Lei nº 01/2015, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Está encerrada a reunião.